

1000 dias de ataques à democracia

# Cresce a adesão de partidos e entidades a ato contra o fascismo

## Frente de partidos se une a centrais e estudantes no dia 2 na Avenida Paulista

**A**vança a preparação para a manifestação contra os intentos golpistas de Jair Bolsonaro e em defesa da democracia no próximo dia 2 de outubro na Avenida Paulista, no centro da capital. Como afirmou o presidente nacional do Cidadania,

Roberto Freire, “teremos uma expressiva manifestação pelo impeachment dia 2”. Já são diversos partidos - como o PSDB, PV, Cidadania, Solidariedade, PDT, PSB, PT, PCdoB, PSOL, Rede, UP, PCB, PRC e PCO que estão unidos à coalizão “Fora Bolsonaro”, formada por mais de 80 entidades. **Pág. 3**

Reprodução



ABr



## FH defende PSDB nos atos do dia 2 e frente ampla contra Bolsonaro

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a formação de uma “frente ampla” para apoiar a democracia e apoiou a participação do PSDB na manifestação pelo impeachment de Bolsonaro que está sendo convocada para o dia 2 de outubro. “Não importa quem convoque. Havendo uma convocação que seja possível de participar, dizer o que pensa, é bom”, afirmou. **Pág. 3**

## Congresso derruba o veto e aprova federações partidárias



Reprodução

## Bonde da Covid deixa um rastro de infectados em Nova Iorque

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, tornou-se o quarto integrante da comitiva de Bolsonaro a N. Iorque a testar positivo para Covid-19. Antes, o ministro Queiroga, Eduardo Bolsonaro e um diplomata da comitiva também foram diagnosticados. **P. 3**

Reunido em sessão do Congresso Nacional, o Senado Federal derrubou, na noite da segunda-feira (27), o veto presidencial às federações partidárias. Foram 45 votos contra o veto e 25 favoráveis. O mínimo exigido para derrotar a oposição do Palácio do Planalto ao PLS 477/15 eram 41 votos. Em seguida, o veto integral ainda foi apreciado no plenário da Câmara dos Deputados, que também se opôs à posição presidencial, derrubando o veto por 353 votos a 110 e 5 abstenções. Na noite, 11 vetos presidenciais foram derrubados. **Pág. 3**

## Apagão: Bolsonaro manda o povo abandonar banho quente e elevador

Sem um programa eficaz para evitar o apagão de energia, Bolsonaro, além de au-

mentar a conta de luz, recomenda banho frio, subida pela escada e acender uma vela. **P. 2**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

## Para José Luis Oreiro, alta do IOF vai acelerar inflação

O economista José Luis Oreiro afirmou, na terça-feira (21), em entrevista ao HP, que o aumento do IOF “foi uma decisão horrorosa”. “É de uma burrice econômica inacreditável”, criticou o

professor da Universidade de Brasília (UnB). “Aumentar ainda mais o IOF sobre as transações financeiras é querer aumentar a inadimplência e botar um pouco mais de água fria na pífia recuperação

da economia brasileira”, disse o economista. “O aumento da taxa de juros, que vai desestimular ainda mais a economia, vai provocar a aceleração da inflação, o que reduz o poder de compra dos salários e, por-

tanto, reduz o consumo. Eu não tenho nenhuma dúvida que o Brasil já está no quadro de estagnação e vai ficar pior em 2022”, alertou. Estagnação é uma situação simultânea de recessão e inflação. **Página 2**

## Diretora da Huawei é libertada após 3 anos. EUA recua de acusações falsas

A diretora financeira da Huawei, maior fabricante na área de telecomunicações chinesa, Meng Wanzhou, retornou à China, após quase três anos em prisão domiciliar no Canadá, acusada - sem provas - de ter desrespeitado sanção unilateral dos EUA contra o Irã. **Pág. 7**

Juiz aponta o O2 como chefe de organização criminosa

Pág. 4

# Oreiro: alta do IOF vai aumentar inadimplência e acelerar inflação



José Luis Oreiro é professor Associado do Departamento de Economia da UnB

## Banco Central sobe juro a 6,25% e dá mais uma paulada na economia

Após Bolsonaro elevar o imposto sobre operações financeiras (IOF) encarecendo o crédito para empresas e famílias, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (22) elevar em mais um ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), que passou de 5,25% a.a para 6,25% a.a, a pretexto de frear a inflação – situação que tem sido criticada por diversos economistas, que apontam que a medida é ineficaz, já que o atual quadro é de inflação de custos e não de demanda.

Em nota, o Copom afirmou que “antevê outro ajuste da mesma magnitude” – isto é, de um ponto percentual – na taxa Selic a ser definido na próxima reunião, no final de outubro.

Ou seja, em meio a desvalorização do real frente ao dólar, a elevação dos preços dos combustíveis, da conta de luz e dos preços dos alimentos (devido ao aumento do preço das commodities no exterior e da crise hídrica), e o clima de instabilidade que Bolsonaro impõe ao Brasil ao atacar a democracia, a inflação explodiu e o Copom está jogando mais gasolina no fogo ao elevar a Selic pela quinta vez consecutiva neste ano, o maior patamar desde julho de 2019.

Segundo o Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV), mais da metade da inflação, neste ano, é resultado da disparada dos preços dos combustíveis, energia e carne. Esses estão entre os itens que mais têm pesado no bolso do brasileiro e na inflação.

### ESTAGFLAÇÃO

Para o economista Nilson Araújo de Souza, “a inflação não é de demanda. Como a taxa de juros vai influenciar o preço dos alimentos en-

quanto for cotado em nível internacional? O preço dos combustíveis, que é estabelecido pelo governo com base no preço internacional? A tarifa de energia, que também é cotada pelo governo com base numa indexação ao dólar? Poderia atuar indiretamente ao atrair capital externo especulativo e provocar a valorização do real. Mas a taxa de juro não pode muito, em termos de atração de capitais externos, diante da instabilidade política em que vive o país. Nesse quadro, combinam-se juros altos com câmbio elevado”. Segundo o economista, “a economia brasileira entra em rota de estagnação, um fenômeno que combina perversamente o pior dos mundos: estagnação econômica, ou seja, paralisação do crescimento econômico (e pior: com desemprego elevado), com inflação, isto é, a subida generalizada dos preços”.

“Além disso, esse é um caminho perverso: ao baratear as importações, destrói a produção interna, aprofundando a desindustrialização e o desemprego, já bastante avançados, e, ao elevar os juros, sacrifica tanto o investimento público quanto o privado. O caminho é outro: resolver o choque de oferta garantindo o abastecimento alimentar interno (bloqueando exportações e realizando estoque regulador na próxima safra), o refino interno de todos os derivados de que se necessita, desdolarização da política de reajuste das tarifas dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que se eliminam os bloqueios à retomada do desenvolvimento, tais como a drenagem de recursos para o exterior, a esterilização de enormes massas de recursos na cira financeira, o enorme volume de isenções fiscais injustificadas, a apropriação privada de grande parte das

rendas da terra (agrícola, petróleo, mineração), tripé macroeconômico, emenda constitucional que congela o investimento público”, destacou Nilson Araújo de Souza, em recente entrevista ao HP.

O economista José Luis Oreiro avalia que a elevação dos juros não tem nenhum impacto sobre a inflação de alimentos, da energia elétrica ou dos combustíveis, e destaca que “a inflação dos próximos meses vai acelerar, principalmente, agora, por conta de dois eventos: a gente já sabe, que é a crise hídrica que está muito ruim. Quer dizer, isso vai impactar negativamente no preço da energia e com isso você tem aumento de inflação. O segundo ponto que as pessoas não estão percebendo é que essa crise lá na China que está derrubando o preço do minério de ferro no mercado internacional (veja matéria ao lado).

Entidades da indústria e do comércio também criticaram a decisão do Banco Central. “O impacto será um pouco mais sentido desta vez no bolso do consumidor”, disse a Associação Comercial de SP. Para a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a decisão, juntamente com o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), “penaliza as pessoas e as empresas num momento de frágil recuperação dos impactos econômicos da pandemia”.

Após as cinco altas seguidas da taxa básica de juros, o Brasil voltou a encabeçar uma das maiores taxas de juros reais (descontada a inflação) do mundo. Segundo o site o site MoneYou, o Brasil está em segundo lugar no ranking de 40 maiores economias do mundo, com juro real de 3,34% ao ano, atrás apenas da Turquia (+4,96%). A média desses 40 países está negativa em -1,36%.

## Combustíveis, energia e comida ficam mais caros em setembro e prévia da inflação é a maior desde 1994

A prévia da inflação de setembro calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) bateu novo recorde com variação de 1,14, uma aceleração em relação a agosto quando registrou 0,89%. O resultado de setembro é o maior desde 1994, quando o Brasil executava o Plano Real, além de a maior da série histórica do indicador desde fevereiro de 2016. Com esse dado de setembro, a inflação acumulada em 12 meses chegou a 10,05% – superando os dois dígitos e atingindo o dobro do teto da meta estipulada pelo governo para o ano (de 5,25%). Em 2021, a alta acumulada é de 7,02%.

O índice calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera a variação de preços do dia 16 do mês anterior ao 15 do mês de referência, por isso é considerado uma “prévia” da inflação oficial.

Enquanto a sombra do descontrole inflacionário e da crise econômica volta ao país, o governo federal cruza os braços diante do aumento dos preços de produtos e serviços que deveriam ser administrados. Para o ministro da economia, Paulo Guedes, a inflação está fora da meta,

mas “dentro do jogo”. De acordo com o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito apresentaram alta em setembro. A gasolina e a energia elétrica foram os produtos que exerceram maior pressão para o aumento do IPCA-15 de setembro.

No grupo transportes, o preço da gasolina subiu 2,85% entre agosto e setembro e acumula alta de 33,37% no ano e de 39,05% nos últimos 12 meses. Os demais combustíveis também apresentaram altas: etanol (4,55%), gás veicular (2,04%) e óleo diesel (1,63%).

No grupo Habitação, o preço médio da energia elétrica teve alta de 3,61% em setembro. No ano, a alta acumulada foi de 20,27%, enquanto nos últimos 12 meses o aumento acumulado foi de 25,26%. O IBGE destacou que em agosto vigorou a bandeira tarifária vermelha patamar 2, com acréscimo de R\$ 9,492 a cada 100 kWh consumidos. A partir de 1º de setembro, passou a valer a nova bandeira tarifária batizada de “Escassez Hídrica”, que acrescenta R\$ 14,20 para os mesmos 100 kWh.

Culpando a escassez de chuvas e ignorando o proble-

ma de investimentos do setor elétrico, Bolsonaro chegou a sugerir que a população tome banho frio para diminuir o consumo de energia. Em vigor desde junho, a adição de tarifas extras à conta de luz já obriga as famílias a um racionamento forçado.

Penalizando ainda mais os brasileiros que sofrem com o desemprego e o achatamento das rendas, a inflação do grupo de Alimentos acelerou 1,27% em setembro e está desde março sem dar tréguas. A principal influência do aumento em setembro partiu da alimentação no domicílio, que acelerou de 1,29% em agosto para 1,51% em setembro. O preço da carne, já absurdo há meses, cresceu no mês 1,10% – sendo o principal responsável pelo encarecimento da cesta.

Os alimentos que registraram os maiores aumentos de preços no mês de setembro foram a batata-inglesa (10,41%), o café moído (7,80%), o frango em pedaços (4,70%), as frutas (2,81%) e o leite longa vida (2,01%).

No acumulado de 12 meses, os óleos vegetais tiveram alta de 38,31%. as carnes de 28,36%, e aves e ovos aumentaram 24,02%

Para o economista, o aumento do imposto, com o país estagnado, empresas e consumidores endividados e aumento da taxa de juros, vai desestimular ainda mais a economia e acelerar a inflação. “Brasil já está no quadro de estagnação e vai ficar pior em 2022”, alerta

O economista José Luis Oreiro afirmou, nesta terça-feira (21), em entrevista ao HP que o aumento do IOF “foi uma decisão horrível”. “É de uma burrice econômica inacreditável”, criticou o professor da Universidade de Brasília (UnB).

“Aumentar ainda mais o IOF sobre as transações financeiras é querer aumentar a inadimplência e botar um pouco mais de água fria na pífia recuperação da economia brasileira”, disse o economista.

“O aumento da taxa de juros, que vai desestimular ainda mais a economia, vai provocar a aceleração da inflação que reduz o poder de compra dos salários e, portanto, reduz o consumo. Eu não tenho nenhuma dúvida que o Brasil já está no quadro de estagnação e vai ficar pior em 2022”, alertou. Estagnação é uma situação simultânea de estagnação econômica, ou até crescimento negativo, e inflação (alta generalizada e contínua dos preços). Confira a entrevista na íntegra.

**HORA DO POVO:** Como você avalia o aumento do IOF na economia e na véspera da data em que o BC está acenando com mais um aumento de um ponto na Selic?

**JOSÉ LUIS OREIRO:** Foi uma decisão horrível. Você está com uma economia que está em recessão ou pelo menos diminuindo o ritmo de recuperação. Os dados do PIB do segundo trimestre mostram uma retração da economia com respeito ao primeiro trimestre, temos muitas empresas que estão muito endividadas, consumidores endividados; e isso, num contexto que você já vai estar aumentando a SELIC, portanto o crédito já ficaria mais caro. Nessa circunstância, você aumentar ainda mais o IOF sobre as transações financeiras é querer aumentar a inadimplência e botar um pouco mais de água fria na pífia recuperação da economia brasileira.

O IOF é um imposto sobre transação, quer dizer, é uma ideia muito ruim colocar imposto sobre transações, porque quando você coloca um imposto sobre transações, você desestimula as transações. Como numa economia capitalista moderna a maior parte dos setores opera com retornos crescentes de escala, ou seja, na medida que aumenta o número de operações o custo unitário de cada operação cai, quando você coloca um imposto de tran-

sação você diminui o número de transações e, portanto, você aumenta o custo unitário de cada transação, você tem aumento de eficiência da economia contribuindo inclusive para o aumento da inflação. Então assim, é a pior forma possível de querer arrecadar dinheiro para financiar o bolsa-família, o auxílio emergencial, que o governo está querendo para fechar esse ano.

Era muito melhor, na verdade, aumentar o déficit. Quer dizer, aumenta o déficit, a economia está em recessão e eu não vejo nenhum problema você ter um resultado primário pior do que o governo estava esperando. O Paulo Guedes [ministro da Economia] está fazendo isso unicamente para mostrar que ele é “responsável fiscalmente” etc, etc... é uma besteira e, outra vez, obsessão do Guedes com o imposto sobre transações. E, como eu disse: “é de uma burrice econômica inacreditável”.

**HP:** A inflação está se aproximando dos 10%, e os bancos já reduziram em 1% a expectativa para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2022. Na sua avaliação, o Brasil está em vias de entrar em estagnação?

**JOSÉ LUIS OREIRO:** Eu acho que nós já estamos em estagnação. A inflação dos próximos meses vai acelerar, principalmente, agora por conta de dois eventos: a gente já sabe, que é a crise hídrica que está muito ruim. Quer dizer, isso vai impactar negativamente no preço da energia e com isso você tem aumento de inflação. O segundo ponto que as pessoas não estão percebendo é que essa crise lá na China que está derrubando o preço do minério de ferro no mercado internacional.

Como o Brasil é um país exportador de commodities, toda vez que o preço das commodities cai, isso tende a produzir uma desvalorização do câmbio. Então, você vai ter mais desvalorização do câmbio que vai ser repassado para os preços e, portanto, vai elevar a inflação. Esse é o cenário. Junto com o aumento da taxa de juros que vai desestimular ainda mais a economia, a aceleração da inflação que reduz o poder de compra dos salários e, portanto, reduz o consumo. Eu não tenho nenhuma dúvida, o Brasil já está no quadro de estagnação e vai ficar pior em 2022.

ANTONIO ROSA

## Precarização derruba renda do trabalho. Menor valor desde 2017

Sob Bolsonaro, a renda média do trabalhador brasileiro com algum tipo de ocupação encolheu neste último trimestre e atingiu o valor mais baixo desde 2017. Segundo dados da consultoria IDados, com base em indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), a renda média real do trabalho ficou em R\$ 2.433 no 2º trimestre de 2021, o que representa uma queda de quase 7% na comparação com o mesmo trimestre de 2020, cerca de R\$ 2.613, já descontada a inflação do período.

Na avaliação do pesquisador do IDados e autor do estudo, Bruno Ottoni, a renda dos trabalhadores pode ter um achatamento ainda maior ao longo dos próximos meses, em razão dos mais de 32,2 milhões de pessoas que hoje procuram por uma vaga de trabalho no país e, destaca, que concentram as remunerações mais baixas.

“Ainda são mais de 14 milhões de desempregados e a tendência é que as pessoas voltem subocupadas, ou seja, trabalhando menos horas do que gostariam e em empregos informais. Com mais gente nesses empregos que pagam menos, o rendimento médio vai cair mais. E as perspectivas de aumento da inflação só prejudicam ainda mais o quadro”, afirma Ottoni, destacando que o setor de serviços tradicionais (restaurantes e bares, setor de lazer e atividades domésticas) possui uma das menores rendas médias, perdendo só para a agricultura.

“Quando as pessoas comecem a conseguir novamente empregos nesses serviços tradicionais, como a renda desse setor é mais baixa, isso provavelmente também vai puxar o rendimento médio para baixo”, destaca.



## Bolsonaro manda povo não usar elevador, tomar banho frio e acender vela

Sem um programa eficaz para evitar o apagão de energia, Bolsonaro, depois de elevar as tarifas de energia em mais de 50%, pediu para os brasileiros evitarem o elevador e tomar banho gelado, em transmissão nas redes sociais, na quinta-feira (23). “Se puder apagar uma luz na tua casa apaga, eu peço por favor. Não use elevador. Tomar banho é bom, mas se puder tomar banho frio é muito mais saudável, ajuda o Brasil”, afirmou Bolsonaro.

Escassez de chuvas no Brasil não é novidade e o atual governo já deveria ter se planejado para atenuar os efeitos desta que é a maior crise hidrológica dos últimos 90 anos. Sem um plano eficaz, o presidente seguiu a estratégia dos incompetentes: jogou os custos das caríssimas termelétricas para o povo e passou a responsabilidade de um futuro apagão para a população e para o Divino.

“A gente pede a Deus que agora em novembro, final de outubro, venha chuva para valer no Brasil. Para que a gente não tenha problema no futuro, que podemos ter problema no futuro”, declarou. “Se você puder, apague uma luz na tua casa, se puder desligue o ar-condicionado. Se não puder – está com 20 graus? – passa para 24 graus, gasta menos energia”, disse Bolsonaro.

Se os níveis dos nossos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste estão no menor patamar desde a crise de 2001, é porque faltou planejamento, faltou um governo que elaborasse um plano nacional que investisse fortemente em fontes mais renováveis e mais baratas. O atual governo é incapaz de ter essa ou qualquer ambição de proteger as famílias, principalmente, as mais carentes que estão já cozinhando com fogão à lenha porque o preço do botijão de gás está acima de R\$100. As únicas obsessões de Bolsonaro e de sua turma são a entrega do patrimônio público – isto é o que pertence aos povos, como no caso da Eletrobrás – ao capital estrangeiro, e, por fim, derrubar a democracia brasileira.

### Combustíveis

Na live, Bolsonaro retornou a retórica de que a alta no preço dos combustíveis se deve à cobrança do ICMS dos Estados, e não pela ação do próprio Palácio do Planalto de manter a Petrobrás amarrada à política do Preço de Paridade de Importação (PPI), que faz com que o consumidor brasileiro pague pelo produto que são produzidos pela estatal conforme as cotações internacionais da gasolina, diesel, gás, etc., a cotação do dólar, e mais os custos que importadores têm com fretes, seguro, entre outras despesas.

Além disso, Bolsonaro também transferiu a responsabilidade da alta da gasolina para os usineiros de etanol.

“Etanol encarece gasolina na origem”, disse Bolsonaro ao sugerir a diminuição da concentração de etanol na gasolina para baixar o preço.

“Os usineiros vão chiar, porque eles têm um mercado garantido hoje em dia, que é o etanol que você bota no seu carro, na gasolina ou o etanol puro. Então, olha o tamanho da encrenca para a gente diminuir o percentual da mistura do etanol na gasolina”, disse Bolsonaro. Hoje quem decide o percentual de etanol à gasolina é o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima), vinculado ao Ministério da Agricultura e integrado às pastas da Economia e de Minas e Energia. Pela lei vigente, autoriza a mistura de 18% a 27% de etanol anidro na gasolina.

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Untingues - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

## FHC defende PSDB nos atos de dois de outubro e frente ampla contra Jair Messias Bolsonaro

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a formação de uma “frente ampla” para defender a democracia e disse que o PSDB deveria participar da manifestação pelo impeachment de Bolsonaro que está sendo convocada para o dia 2 de outubro.

“Não importa quem convoque. Havendo uma convocação que seja possível de participar, dizer o que pensa, é bom”, afirmou FHC.

Para ele, “é bom que se crie uma frente ampla. Que haja diversidade de opiniões, mas que sejam todas a favor da democracia”.

O ex-presidente da República disse que o PSDB deve participar das manifestações do lado do PT, inclusive.

“Eu não discrimino [o PT]. O PT não é intrinsecamente contra a democracia. Nunca foi. O governo do PT muitas vezes dava a sensação de [ser]. Mas não há um sentimento genuíno do PT de ser contra a diversidade de opiniões”, apontou.

O PSDB de São Paulo já anunciou que vai participar da manifestação do dia 2 de outubro, na Avenida Paulista. O partido também compôs os atos anteriores na cidade. Na sexta-feira (24), o PSDB participou de uma reunião para organizar o ato junto com PSB, PDT, PCDoB, PT, Rede, PV e Cidadania.

FHC avalia que “é difícil” que Jair Bolsonaro tente dar um golpe de Estado, ainda que seja essa a sua vontade. “Mesmo que ele queira, é difícil dar golpe no Brasil”, falou.

“Não conheço Bolsonaro, nunca o vi na vida, nem desejo. Mas acho que tem uma mentalidade simplista. Mesmo que tenha essa ideia não vai conseguir. Se não tiver um programa que contemple a maioria da população é difícil que a coisa avance”.

# Cresce a adesão de partidos e entidades ao ato de 2 de outubro



Uma das manifestações que lotaram a Avenida Paulista contra Bolsonaro

## Congresso Nacional derruba veto de Bolsonaro às federações partidárias

Reunido em sessão do Congresso Nacional, o Senado Federal derrubou, na noite desta segunda-feira (27), o veto presidencial às federações partidárias. Foram 45 votos contra o veto e 25 favoráveis. O mínimo exigido para derrotar a oposição do Palácio do Planalto ao PLS 477/15 eram 41 votos.

Em seguida, o veto integral ainda foi apreciado no plenário Câmara dos Deputados, que também se opôs à oposição presidencial ao projeto de lei (PL 2.522/15) que foi aprovado pela Casa em agosto. Como o destaque ao veto apresentado pelo PP foi retirado, o veto 49/21 foi chancelado em globo, e derrubado pelos deputados, por 353 votos a 110 e 5 abstenções. Desse modo, o texto vai à promulgação.

### FEDERAÇÃO LONGEVA

No Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), um estudioso de matérias dessa natureza, fez uma defesa enfática do projeto, ao afirmar que “diferente das coligações, a federação é consistente em razão da lógica programática que deverá imperar entre os partidos federados”.

“Quando nós aprovamos a cláusula de barreira, nós queríamos e queremos uma democracia forte, consolidada, em que o presidente da República, seja ele qual for — de esquerda ou de direita, ou atual ou ex-presidente ou um futuro presidente de uma terceira via —, não importa, tenha condições de governar o país sem o chamado presidencialismo de coalizão, do fisiologismo, do tomalá, dá cá”, defendeu a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que preside a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) também reagiu à argumentação de alguns senadores de que o projeto das federações serviriam para “burlar” as coligações proporcionais rejeitadas pelo próprio Senado última semana.

“São coisas totalmente diferentes”, explicou, pois, “enquanto as coligações serviriam a alianças eleitorais pontuais, com resultados adversos aos pretendidos pelo eleitor, as federações são perenes e ajudam a enxugar o quadro partidário, além de ser um importante instrumento de modernização de nossa legislação”, sentenciou. O senador fez referência a vários países que adotam as federações e que evoluíram em seus sistemas partidários democráticos.

José Aníbal, do PSDB de São Paulo, também encaminhou favoravelmente à derrubada do veto, “por se tratar de um projeto que aperfeiçoa o sistema democrático, incentivando as alianças programáticas”.

Já o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que “o Senado Federal, em votação simbólica, aprovou esse mesmo projeto há seis anos atrás, o que se repetiu na Câmara” e ressaltou “o avanço que a matéria representa para o fortalecimento do sistema partidário brasileiro e sua legitimidade

junto aos eleitores”.

Da mesma forma, na Câmara, vários parlamentares saíram na defesa da derrubada do veto, de praticamente todos os partidos. Marcelo Freixo (PSB-RJ) acentuou “o caráter democrático do projeto” e um “passo a mais que representa na evolução da democracia brasileira”.

### RENILDO CALHEIROS

A federação “não é imposta a ninguém; só fará a federação quem pretender” usá-la, disse o líder do PCDoB na Câmara, Renildo Calheiros (PE), um dos mais entusiastas defensores do projeto vetado por Bolsonaro, que acompanhou a sessão do Senado e da Câmara ao lado de toda bancada do partido e da presidenta nacional da legenda, Luciana Santos.

Renildo acrescentou: “Quem faz a federação, presidente, provavelmente não sai mais. Ela é uma espécie de pré-fusão; ela é a antessala da fusão, porque, se você sai, perde o fundo partidário, perde o fundo eleitoral, perde o funcionamento parlamentar e perde o chamado direito de antena, que é o tempo de rádio e de televisão. É óbvio que ninguém vai sair ao entrar na federação.”

### COLIGAÇÃO X FEDERAÇÃO

“Em primeiro lugar, federação e coligação não tem nada a ver. Coligação pertence à legislação eleitoral. Federação pertence ao sistema partidário. São coisas distintas ao sistema partidário”, esclareceu Renildo, na tribuna da sessão no Senado.

“São coisas distintas, não têm relação uma com a outra”, acrescentou.

“Esse projeto de federação dá à federação um caráter nacional. Você forma a federação nacionalmente, e ela prevalece em todo o País, em todos os Estados, em todos os municípios.”

A federação partidária nada tem a ver com a coligação. A coligação, presidente, pode ser feita entre partidos de campos políticos diferentes, partidos que têm programas muito distantes”, asseverou.

### CONVERGÊNCIA PROGRAMÁTICA

“Como partidos irão conviver quatro anos pelo menos nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal se eles não tiverem afinidade programática?”

“Como eles irão conviver durante todo esse tempo se eles não tiverem afinidade política? Inclusive na eleição de prefeito, daqui a dois anos, esses partidos que se federaram funcionarão como um único partido, terão que ter um único candidato a prefeito”, defendeu o líder do PCDoB.

“Então, vejamos, não tem nada a ver com a coligação. E eu diria mais: a federação é uma maneira de você enxugar o quadro partidário pelo aspecto positivo, porque você estimula, você incentiva a convergência programática e a convergência política”.

### O PROJETO

O texto que vai ser transformado em lei federal permite que dois ou mais partidos se unam

para atuar como agremiação partidária.

Originário do Senado, o projeto também foi aprovado pelos deputados, em agosto, mas acabou vetado integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro.

O chefe do Executivo federal vetou totalmente a proposta sob justificativa rala, que “a referida proposição contraria o interesse público, visto que inauguraria um novo formato com características análogas às das coligações partidárias”.

O que é, evidentemente, falso, pois, coligação e federação têm caráter distinto

Segundo a proposta, só poderão integrar a federação partidos com registro definitivo no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os partidos reunidos em federação são obrigados a permanecer agrupados pelo prazo mínimo de uma legislatura, que corresponde a 4 anos, podendo ser constituída até a data final das convenções partidárias.

### LEI HAROLDO LIMA

Ao final da votação na Câmara dos Deputados, vários deputados da bancada do PCDoB, ao lado de Luciana Santos, resgataram o papel do ex-deputado federal e dirigente do partido, Haroldo Lima, que, ainda na década de 90, articulou um projeto semelhante ao das federações partidárias, dentro do propósito de fortalecer a democracia no país.

Em razão disso, alguns sugeriram ao presidente dos trabalhos, tanto na Câmara como no Senado, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que a lei do projeto das federações partidárias leve o nome de Haroldo Lima, por uma questão de justiça ao seu trabalho em favor dessa conquista que o legislativo acaba de consagrar ao derrotar o veto presidencial.

Renildo, o líder, também fez um agradecimento aos presidentes das duas casas, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL), bem como ao presidente dos trabalhos, Marcelo Ramos, por terem assegurado a realização da sessão do Congresso Nacional que analisou o veto ao projeto das federações partidárias e outros importantes vetos que foram derrubados pelo Parlamento.

Luciana Santos também comemorou efusivamente o resultado da votação do veto.

“Numa noite histórica, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Bolsonaro às Federações Partidárias. E para tornar esse momento ainda mais simbólico, se propõe nomear a lei em homenagem ao nosso querido Haroldo Lima, incansável defensor da Democracia”, acrescentando que o partido se empenhou, “sob a liderança de Renildo Calheiros, em conjunto com um amplo leque de legendas, pela aprovação da federação de partidos que fortalece a democracia e o pluralismo político”, sentenciou a presidenta nacional do PCDoB e vice-governadora de Pernambuco.

## Manifestação será na Avenida Paulista quando Bolsonaro completa 1.000 dias de ataque à democracia e de devastação do país

Avança a preparação para a manifestação contra os intentos golpistas de Jair Bolsonaro e em defesa da democracia no próximo dia 2 de outubro na Avenida Paulista, no centro da capital. Como afirmou o presidente nacional da Cidadania, o ex-deputado constituinte Roberto Freire, “teremos uma expressiva manifestação pelo impeachment em 2 de outubro”.

Já são diversos partidos que estão unidos à coalizão “Fora Bolsonaro”, formada por mais de 80 entidades, para realizar a grande manifestação do dia 2 contra Bolsonaro e o fascismo. PSDB, PV e Cidadania passam a integrar o grupo que encabeça os atos juntamente com PDT, PSB, PT, PCDoB, PSOL, Rede, UP, PCB, PRC e PCO. Integrantes do MDB também vêm participando dos atos contra Bolsonaro, como foi o caso, no último dia 12, da senadora Simone Tebet.

Os organizadores estão convidando todas entidades da sociedade civil a se integrarem também à essa grande jornada de lutas pela democracia.

### REUNIÃO PREPARATÓRIA

Uma reunião nesta sexta-feira (24), na sede do PCDoB, no centro da capital, com PSDB, PT, Cidadania, PCDoB, PSOL, PDT, PSB, Rede, PV e a coalizão Fora Bolsonaro, selou uma grande aliança política na preparação do ato o dia 2. “É um amadurecimento. Não dá para derrubar Bolsonaro só com partidos de esquerda, é preciso somar forças”, diz Carolini Gonçalves, do diretório tucano.

O presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros, defendeu que a manifestação do dia 2 de outubro tem que ser ampla, com participação de todos os que defendem o impeachment e o movimento Fora Bolsonaro. Para Juliano, as manifestações atuais têm que ser semelhantes às mobilizações das Diretas Já, que criaram as condições para a derrubada da ditadura.

**CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ**

“Acontecendo agora reunião dos partidos que estão apoiando as mobilizações do dia 2/10 em defesa do impeachment de Bolsonaro. Compromisso de ampliar o máximo possível, evitar hostilidades e criar um ambiente de unidade suprapartidária. Precisamos de algo semelhante às Diretas Já!”, escreveu nas redes sociais.

O presidente do Solidariade, Paulinho da Força (SP), disse que “ninguém aguenta mais este governo. O povo foi deixado de lado, sem empregos, com descontrole no preço dos alimentos, crise hídrica, além de milhares de mortes por Covid-19 que poderiam ter sido evitadas com medidas mais contundentes de Bolsonaro”. O partido está fazendo parte da organização das manifestações pelo Fora Bolsonaro.

“Todas as nossas representações estaduais foram convocadas a participar dos atos da campanha. A principal manifestação será em São Paulo e nossa expectativa é que nossos dirigentes e militantes participem da concentração na Avenida Paulista, no dia 2 de outubro, às 15h00”, informa o partido.

No último dia 12 de setembro já houve a aglutinação de várias forças no ato contra Bolsonaro convocado pelo MBL. Uma ampla frente, que contou com a presença do governador de São Paulo, do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), da senadora Simone Tebet (MDB), do senador Alessandro Vieira (Cidadania), do deputado Orlando Silva (PCDoB), da deputada estadual, Isa Penna (PSOL), da presidente da UNE, Bruna Belaz, e de cinco centrais sindicais.

A maior unificação das forças políticas nacionais para as mobilizações, tanto do próximo dia 2, quanto no dia 15 de novembro, foi reflexo da ação de diretórios nacionais de partidos de centro após as ameaças de Bolsonaro à democracia no 7 de Setembro, quando vários partidos anunciaram início de discussões internas sobre o apoio ao impeachment. No dia 9, por exemplo, o PSDB passou oficialmente para a oposição a Jair Bolsonaro.

### ESTUDANTES E TRABALHADORES

As centrais sindicais estão se mobilizando para a manifestação do dia 2. A CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Confed, Intersindical e Pública, de forma unitária, convocam toda a classe trabalhadora aos atos Fora Bolsonaro, no dia 02 de outubro, em todos os Estados do Brasil, e também em outros países.

A próxima mobilização contra Bolsonaro será o dia 2 de outubro e, no dia 15 de novembro, dia da Proclamação da República. Nestas datas a frente ampla retornará

às ruas em defesa da democracia.

A presidente da UNE, Bruna Brelaz, está não só convocando os estudantes universitários para o ato de 2 de outubro como articulando setores da frente democrática para engrossarem as manifestações de rua contra Bolsonaro. “Tirar Bolsonaro é assegurar o palco democrático para discutir divergências”, acrescentou, ao mencionar que a entidade estudantil busca apoio para os protestos da esquerda. Os atos devem ocorrerem em 2 de outubro, na Avenida Paulista.

“Vamos ocupar as ruas em protesto contra o caos que representa, ao país, ter o mítômano Jair Bolsonaro na Presidência da República: desemprego recorde, fome, carestia, inflação, corrupção, retirada de direitos, desmonte dos serviços públicos e das estatais, ataques à democracia, à soberania e às liberdades, atropelo da ciência e desprezo à vida”, afirmam os dirigentes das centrais sindicais.

O diretor da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, Lucca Gidra, afirmou que a UMES-SP estará nas ruas dia 2 contra Bolsonaro. “A nossa entidade estará presente nas manifestação brigando pelo Fora Bolsonaro”, disse o dirigente da entidade.

“Nós lutamos em defesa da democracia e sabemos que para derrubar Bolsonaro temos que ter atos amplos e massivos. Estamos ampliando e ganhando força para derrotar o fascismo”, acrescentou Lucca.

“Em pouco tempo Bolsonaro vem destruindo nosso país como nunca se viu na história. Pessoa ruim, mentirosa, grosseira, ignorante, egoísta, truculenta, corrupta, incapaz de qualquer sentimento de bom pelo próximo. Não é à toa que esse sujeito desumano tem conduzido nosso país para uma crise sem precedentes, com centenas de milhares de mortos, milhões de desempregados, sem saúde, sem escola e com fome”, denunciou o diretor da UMES-SP.

“Sem nenhum tipo de vergonha ou limites, ele levou o Brasil a passar vergonha internacional, transformando a Assembleia Geral da ONU em palco para contar suas mentiras, atacar os brasileiros que pensam diferente dele, tudo isso ao mesmo tempo em que espalhava o Coronavírus por aí, com diversos casos confirmados em sua delegação, inclusive o ministro da saúde, e com o próprio presidente que até agora não se vacinou. Bolsonaro precisa pagar por todos os crimes que cometeu, precisa sair imediatamente da presidência, pois ali não é lugar para ladrão e muito menos para quem atenta contra a vida e a democracia”, prosseguiu Lucca.

“Por isso, a única alternativa que temos é sair para as ruas neste 02 de outubro, em defesa do Brasil e da Democracia! Para defendermos o país, precisamos nos livrar de Bolsonaro o mais rápido possível. Por isso, a UMES chama todos para comparecer a Avenida Paulista em uma grande mobilização pelo FORA BOLSONARO!”

“Cada dia a mais que Bolsonaro acaba como presidente da República, o Brasil afunda, perde e se perde do mundo, mantendo-se como pária atado à espiral de crises (sanitária, política, econômica, institucional e diplomática) geradas pela incompetência e projeto pessoal de poder de Bolsonaro e da sua inepta equipe de governo”, diz a nota das entidades, assinada por dez dirigentes das centrais.

“Em um país com 212 milhões de habitantes, cuja maioria, segundo todas as pesquisas, rejeita e desaprova Bolsonaro, é urgente que o Congresso Nacional atenda o clamor popular e acate a abertura de processo de impeachment para que Bolsonaro seja afastado e seus crimes apurados e julgados. Já são mais de 130 pedidos engavetados na presidência da Câmara dos Deputados, enquanto o país afunda no lodo presidencial”, denunciaram os trabalhadores.

### REALE JUNIOR

O jurista Miguel Reale Jr afirmou que o discurso de Jair Bolsonaro na ONU foi uma “confissão” de culpa e “reforçou o crime” de charlatanismo por insistir que o uso de cloroquina ajuda no tratamento de Covid-19, mesmo que todas as pesquisas demonstrem que isso é mentira.

Miguel Reale, que assessora a CPI da Pandemia, afirmou que Bolsonaro não só ameaçou a democracia no 7 de Setembro como confessou que cometeu crime. “Era uma confissão. Ele confessa que usava cloroquina, que mandava cloroquina e ainda vai ao púlpito da ONU fazer campanha da cloroquina. Reforça o crime catalogado na nossa legislação como charlatanismo”, disse o jurista.

## Presidente da Caixa é o quarto com Covid do bonde espalhador de Bolsonaro nos EUA

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, tornou-se o quarto integrante da comitiva de Bolsonaro a Nova Iorque, onde ocorreu a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a testar positivo para Covid-19.

Ele fez o anúncio neste domingo (26), pelas redes sociais.

“Informo a todos que testei positivo para COVID-19. Ficarei em quarentena seguindo todos os protocolos médicos. Já tomei as duas doses de vacina e comecei a tomar os remédios do protocolo. Também estava em isolamento desde quando chegamos dos EUA, na quarta-feira de manhã”, escreveu o presidente da Caixa.

“Na segunda-feira passada realizei um teste e o resultado foi negativo. Não estou com nenhum sintoma e continuarei trabalhando daqui de casa. Um abraço e obrigado pelas mensagens”, acrescentou.

O ministros da Saúde, Marcelo Queiroga, e o deputado federal e filho de Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), também testaram positivo. Um diplomata da comitiva também foi diagnosticado com Covid.

Pedro Guimarães participou de um encontro com o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, em Nova Iorque.

O presidente da Caixa é figura carimbada nos eventos e passeios de Bolsonaro, acompanhando-o onde quer que ele vá.

No domingo, a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto informou com júbilo que Jair Bolsonaro realizou um novo teste para Covid-19 e que o resultado foi negativo. Bolsonaro está em isolamento desde que voltou da viagem a Nova York.

O isolamento foi recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) depois que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, foi diagnosticado com a doença.

A primeira-dama Michelle Bolsonaro, que acompanhou presidente a Nova York, informou no domingo que seu resultado também deu negativo.

A passagem de Jair Bolsonaro em Nova Iorque foi um grande vexame, que envergonhou o Brasil no mundo, pois ele disse que não se vacinou, além de ser recebido com manifestações contrárias ao governo.

Já o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, fez um gesto obscuro em direção aos manifestantes que gritavam “assassino”, “genocida” e “mentiroso” para Bolsonaro em Nova Iorque. Queiroga também contraiu Covid-19.

Bolsonaro não pôde comer dentro de uma pizzaria e uma churrascaria teve que armar um “puxadinho” na calçada para que pudesse receber a comitiva presidencial.

Em um encontro com o primeiro-ministro da Inglaterra, Boris Johnson, Jair Bolsonaro passou pelo constrangimento de dizer que não tomou vacina.

Johnson, que já foi vacinado, falou que o imunizante da AstraZeneca, desenvolvido na Inglaterra, é bom e orientou a população a usá-lo.

# Juiz considera Carlos Bolsonaro chefe de organização criminosa

Justiça investiga esquema das rachadinhas realizado no gabinete do filho de Jair Bolsonaro na Câmara do Rio de Janeiro. Sigilo de assessores também foi quebrado

O vereador Carlos Bolsonaro, o filho 02 de Bolsonaro, foi apontado como chefe de uma organização criminosa no esquema de “rachadinhas” pelo juiz Marcello Rubioli, da Primeira Vara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ).

Segundo o juiz, que autorizou a quebra de sigilos bancários e fiscal do vereador na investigação do esquema de “rachadinhas” e funcionários fantasmas no gabinete do parlamentar, entre 2001 e 2019, há “indícios rotundos de atividade criminosa em regime organizado”.

“Os elementos de informação coligidos aos autos – mais notadamente quando se atenta ao vasto acervo de documentos que acompanham o expediente investigatório – apontam para a existência de fortes indícios da prática de crime de lavagem de capitais”, afirmou o juiz em sua decisão.

O juiz escreveu ainda que “Carlos Nantes é citado diretamente como o chefe da organização, até porque o mesmo efetua as nomeações de cargos e funções comissionadas do gabinete”.

Conforme atesta a investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), “para operacionalizar o desvio, é necessária a convergência da atuação do vereador, que se encarrega da indicação dos assessores ‘fantasmas’ (e figura como beneficiário final do peculato), dos chefes de gabinete que atestam falsamente o desempenho da atividade profissional dos assessores, e finalmente dos ocupantes de cargos comissionados, que concordam em ser nomeados formalmente na Câmara Municipal, sob compromisso de repassar mensalmente parte da remuneração do cargo aos demais integrantes da organização criminosa, contribuindo para o desvio da verba orçamentária”.

O MPRJ, afirma ainda que a investigação revelou que a organização criminosa teria seis núcleos, sendo o primeiro e maior o de Ana Cristina Siqueira Valle, ex-esposa de Bolsonaro e ex-chefe de gabinete de Carlos.

“A investigação também mostra indícios de subfaturamento de compra de imóvel em 2009”, referente a um apartamento em Copacabana, declarado em cartório por Carlos que foi comprado por R\$ 70 mil, valor 237% menor do que o valor venal do imóvel. Segundo o MP, a transação sugere pagamentos realizados “por fora”, em dinheiro vivo.

Na decisão, o juiz negou o pedido de quebra de sigilo de Fabrício Queiroz, que é investigado no esquema de

“rachadinha” no gabinete do outro filho do presidente, Flávio Bolsonaro.

Segundo o juiz, “não possui justificativa para afastamento de sigilos nos autos. Não foi citado em qualquer RIF (relatório de inteligência financeira) ou compôs o gabinete”.

## SIGILO TELEFÔNICO

O juiz Marcello Rubioli também autorizou a quebra do sigilo dos registros de chamadas telefônicas e dos metadados de 11 ex-funcionários do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Eles são apontados como participantes da organização criminosa chefiada pelo filho do presidente no esquema das “rachadinhas”.

Com a quebra dos sigilos, os investigadores terão acesso aos dados armazenados nos celulares de um grupo de 11 ex-assessores do gabinete.

Serão identificados o histórico de chamadas telefônicas efetuadas e recebidas, dados cadastrais, de conexão com Wi-Fi, de localização e das antenas que tenham sido utilizadas pelos investigados enquanto trabalharam na Câmara do Rio, em períodos entre 2005 e 2019. As pessoas que terão seus sigilos quebrados pertencem a três dos seis grupos identificados pelo MP-RJ como núcleos da organização criminosa. Sete delas são parentes de Ana Cristina Siqueira Valle, ex-chefe de gabinete de Carlos (2001 a 2008) e segunda mulher de Bolsonaro.

São eles: André Valle e Andrea Valle, irmãos de Ana Cristina; Marta Valle, cunhada de Ana Cristina; Gilmar Marques, ex-cunhado de Ana Cristina; Guilherme Henrique de Siqueira Hudson, primo de Ana Cristina, e sua mulher Ananda Hudson; e Monique Hudson, cunhada de Guilherme de Siqueira Hudson. Ana Cristina e Carlos Bolsonaro não foram alvo da quebra de sigilo telefônico.

Em seguida, outras quatro pessoas também tiveram o sigilo afastado. Elas são integrantes dos núcleos das famílias Góes e Cruz Martins: Rodrigo de Carvalho Góes, Nadir Barbosa Góes, Diva da Cruz Martins e Andrea Cristina da Cruz Martins. De acordo com o juiz, a quebra do sigilo telefônico dos ex-assessores é “juridicamente viável e necessária”, pois os dados podem conter informações a respeito da organização criminosa supostamente integrada e possibilitar a “identificação de outros criminosos e a descoberta dos ilícitos” cometidos em meio às atividades dos indivíduos, que estão “supostamente envolvidos em crimes de notória gravidade”.

## Deputados colhem assinaturas para abrir CPI da Prevent Senior na Alesp

O deputado estadual Paulo Fiorilo (PT-SP) anunciou no último domingo (26) que já conseguiu 33 assinaturas de colegas e irá protocolar o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para investigar irregularidades cometidas pela Prevent Senior no estado.

A expectativa é que nesta segunda-feira (27), seja protocolado o pedido na Assembleia. É necessário um requerimento de um terço dos parlamentares (32 assinaturas) para o pedido de uma CPI, da qual já foram coletadas.

De acordo com Fiorilo, seu objetivo é se aprofundar nas denúncias recebidas pela comissão federal. “[Vamos] Investigar as denúncias sobre uso de Kit covid, as mortes por Covid não notificadas e a mudança de diagnóstico para retirar pacientes do isolamento”, afirmou.

Em entrevista ao portal Metrópoles, o governador João Do-

ria afirmou que prestará apoio à CPI quando for instaurada. “Fui informado pela ALESP que deverá ser aberta uma CPI para proceder com a investigação de todos os procedimentos da Prevent Senior, e manifestei o apoio”, afirmou Doria.

A operadora de saúde está sendo investigada pela CPI da Covid, no Senado Federal. Ela ocultou mortes de pacientes com a doença durante estudo para testar a eficácia da hidroxicloroquina, associada à azitromicina.

A Prevent veio à tona na CPI da Covid por causa de uma denúncia de uma advogada que está representando um grupo de ex-médicos da empresa. Foi entregue um dossiê no qual aponta a operadora como um local no qual estariam realizando um estudo ilegal e sem autorização com a hidroxicloroquina e outros medicamentos do “Kit Covid”, amplamente defendido por Jair Bolsonaro e autoridades governamentais.



“Para operacionalizar desvio, é necessária a convergência da atuação do vereador”

## Ex-assessor de Pazuello vira réu por estupro de criança da própria família

Ex-assessor de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, o ex-deputado federal e empresário Airton Antonio Soligo, de 57 anos, conhecido como Airton Cascavel, virou réu por estupro de vulnerável. A vítima é criança da própria família.

A decisão foi tomada pelo juiz substituto Nildo Inácio, da Vara de Crimes Contra Vulneráveis, em Boa Vista, na última quinta-feira, 23. O Ministério Público de Roraima havia entrado na Justiça na última terça (21) para denunciar o empresário. Ao aceitar a denúncia do MP, o juiz imputou a Cascavel as acusações de estupro contra vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal, combinado com o artigo 226, que prevê aumento da pena em razão do acusado ser parente da vítima, e de crime de segredo de Justiça na ação.

A mãe da criança registrou boletim de ocorrência no dia 14 de setembro, em uma delegacia da capital de Roraima.

Ela contou que, após uma visita de fim de semana, a criança voltou para casa “reclamando de dores nas partes íntimas”. A vítima foi levada ao hospital e recebeu ajuda médica e psicológica.

Conforme o boletim de ocorrência, a mãe afirmou que “(...) a criança relatou



Airton Cascavel, considerado o “ministro de fato”

que [...] havia pegado em sua parte íntima e lhe machucado; que suspeita [...] tenha sofrido abuso sexual por parte do [...], Airton Antonio Soligo”.

Em nota, a Polícia Civil informou que “todas as informações dos procedimentos policiais são sigilosas, mas a instituição, através do Núcleo de Proteção à Criança e Adolescente, tem adotado todas as providências dentro da lei”.

A investigação corre em sigilo e os nomes não foram divulgados para evitar constrangimento da criança.

Airton Cascavel, ele chegou a ser ouvido pela CPI da Covid no Senado sobre a sua atuação como assessor no Ministério da Saúde do governo Bolsonaro e apontado como o “ministro de

fato” da pasta.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, o empresário negou ter participado da negociação de compra de vacinas e disse que fazia atendimento aos estados durante a crise sanitária da pandemia. Airton Cascavel contou que conheceu Pazuello durante a “Operação Acolhida” (2018), criada para receber os venezuelanos que entravam em território brasileiro por meio da fronteira com Roraima. A defesa de Cascavel diz que a denúncia é caluniosa e foi feita com o propósito de atingir a ele e aos familiares. Os advogados entraram com um pedido de habeas corpus preventivo a fim de evitar uma eventual prisão.

## Ibama rejeita proposta do Ministério da Economia para afrouxar licenciamento ambiental e “facilitar negócios”

O Ministério da Economia enviou um ofício ao Ministério do Meio Ambiente, em 13 de maio deste ano, pedindo o afrouxamento de 14 regras ambientais que incluem licenciamento ambiental, alteração da identificação do bioma amazônico em áreas onde também houver cerrado para atender as exigências de empresários.

O ofício foi enviado ao Ministério do Meio Ambiente pelo secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, Jorge Luiz de Lima.

No documento, que só veio à tona nesta semana depois que chegou ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Jorge Luiz de Lima ressalta que as medidas foram debatidas com o Movimento Brasil Competitivo. Essa entidade é um conglomerado de grandes empresas que se uniram para mobilizar o setor público.

No grupo estão a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e grandes empresas da área de alimentos, como a JBS; de celulose, como a Suzano; do ramo metalúrgico, como a Gerdau; financeira, como o Itaú; além das principais companhias de tecnologia que atuam no Brasil: Amazon, Microsoft, Google, IBM, Huawei, Facebook, Oracle e Motorola Solutions.

O projeto foi batizado pelo governo de Custo Brasil. O objetivo seria “reduzir o custo de fazer negócios no Brasil”, mas na verdade, ela quer anistiar o desmatamento ilegal e permitir que, ao invés de se manter uma reserva legal de 80% de cada propriedade da Amazônia, reduza-se para uma área de proteção de 35% de cada imóvel rural, como ocorre no cerrado.

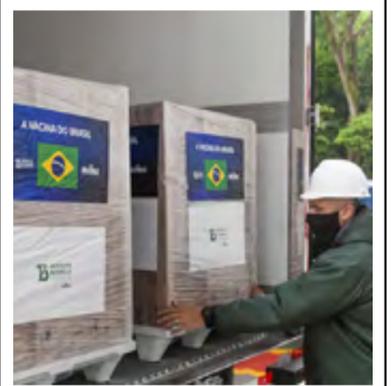
Entre os pedidos estão a concessão automática de licenças caso haja demora na análise dos pedidos de licenciamento ambiental; a revogação de regras que dificultam o desmatamento da vegetação nativa da Mata Atlântica; e a redução de exigências para a fabricação de agrotóxicos voltados à exportação, com o objetivo de tornar o Brasil “um polo produtor de agroquímicos”.

licenciamento ambiental para que se reutilize rejeito de mineração; reduz as exigências para fabricação de agrotóxicos voltados à exportação; alterar o mapa de biomas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e excluir da delimitação da Amazônia as áreas com características de Cerrado.

Também está previsto cancelar a consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para empreendimentos agro-silvopastoris consolidados – sistemas agroflorestais em que árvores são associadas com cultivos agrícolas e atividade pecuária –, com atividade preexistente a 22 de julho de 2008.

Marcio Astrini, o secretário-executivo do Observatório do Clima, afirmou que as medidas listadas pelo empresário “nos levarão a cavar ainda mais o fundo do poço”. A diretora de políticas públicas do SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, diz que o Ministério da Economia propõe o “ecocídio ao Brasil”.

“Ao atacar a Lei da Mata Atlântica, de forma explícita, o documento do Ministério da Economia deixa evidente que a condução da boiada sobre a proteção do meio ambiente é uma estratégia desastrosa e retrógrada do governo brasileiro”, ressaltou.



Doses da vacina foram entregues ao PNI no dia 15 de setembro

## Butantan rebate governo e confirma que contrato de 100 milhões de doses da CoronaVac foi concluído

O Instituto Butantan negou, nesta quinta-feira (23), a acusação do Ministério da Saúde de ter descumprido o contrato firmado para entrega de 100 milhões de doses da vacina CoronaVac ao Plano Nacional de Imunização.

Na quarta-feira (22), o instituto e o governo de São Paulo oficializaram o início da venda de 2,5 milhões de doses da CoronaVac diretamente para cinco Estados do país, sem o intermédio do Ministério da Saúde: Pará, Espírito Santo, Mato Grosso, Ceará e Piauí. As remessas devem começar a ser encaminhadas na segunda-feira (27).

Segundo alega o governo federal, o instituto não poderia negociar diretamente com os estados por não ter concluído a entrega das doses. Entretanto, o Butantan finalizou a entrega de 100 milhões de doses do imunizante para o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do governo federal na semana passada.

No contrato com o Ministério há uma cláusula de exclusividade, onde o instituto só poderia comercializar com terceiros após concluir a entrega para a pasta. Segundo o Ministério da Saúde, a venda das doses aos cinco Estados foi feita antes da conclusão do contrato.

Em nota, o Butantan afirma que o acordo com o governo federal foi concluído no dia 15 de setembro e que “o próprio site da pasta mostra que o total do contrato de 100 milhões de doses já foi entregue”.

“Se o Ministério da Saúde não cumpre a sua obrigação de adquirir vacinas, a pasta não tem o direito de impedir que os estados e municípios ajam com celeridade para proteger as suas populações. O contrato do Instituto Butantan com o Ministério da Saúde foi concluído no dia 15 de setembro, com a entrega total das 100 milhões de doses da CoronaVac”, diz o instituto.

“O governo federal optou por não assinar um contrato adicional para 30 milhões de doses e dá, constantemente, declarações negacionistas para contestar a CoronaVac e desmerecer a importância da vacinação”, completa o Butantan no comunicado.

O governo usa como argumento para tentar acusar o instituto paulista as 12 milhões de doses interditadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na quarta-feira. Em outro ato de sabotagem a agência determinou o recolhimento das doses que tiveram sua qualidade atestada pelo Instituto Butantan e certificada pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade (INCQS), órgão da Fiocruz do Governo Federal.

A Anvisa afirma que as doses foram envasadas em uma unidade fabril da Sinovac que não foi certificada pela agência brasileira. Entretanto, a mesma agência não enviou representantes à China para inspecionar a fábrica. Cerca de quatro milhões de doses já tinham sido aplicadas antes da suspensão. Portanto, o recall se trata de 8 milhões de doses.

A Anvisa diz ter avaliado todos os documentos encaminhados pelo Instituto Butantan e os emitidos pela autoridade sanitária chinesa. O órgão concluiu que “permaneciam incertezas sobre o novo local de fabricação e quanto às práticas assépticas e à rastreabilidade dos lotes”. Mas, e momento algum a agência se propôs a inspecionar a fábrica para liberar as doses.

A partir daí, o Ministério da Saúde argumentou, em nota, que essas doses “não entram na contabilidade do contrato”.

A pasta informou que tomou conhecimento sobre a liberação de doses aos estados pela mídia, e solicitou esclarecimentos ao instituto sobre a suposta entrega de vacinas, após aquisição direta com estados.

“Após cumprimento do contrato com o Ministério da Saúde e diante da não manifestação de interesse em novos acordos, o Butantan colocou-se à disposição dos estados e municípios para atender, da maneira célere que é necessária neste contexto pandêmico, aos que desejam adquirir da vacina mais aplicada no mundo. A compra de vacinas pelos estados é complementar ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e amparada na legislação vigente”, acrescentou o instituto em comunicado.

Ainda sobre as doses suspensas, o Butantan afirmou que antes mesmo da suspensão dos lotes, o instituto já havia substituído 2.882.280 milhões de doses da Coronavac. Ainda nesta quinta-feira, foram entregues mais 1 milhão, totalizando 3.882.280 milhões de doses da vacina fabricada em parceria com a Sinovac, substituídas voluntariamente pelo Butantan.

Até o momento, conforme o instituto, a Saúde disponibilizou 3,3 milhões de doses retidas para serem retiradas faltando, portanto, 4,7 milhões de doses para que complete as oito milhões de vacinas a serem repostas. “O contrato com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) só teria sido descumprido se o total das oito milhões de vacinas quarentenadas tivessem sido devolvidas ao Butantan. Importante lembrar que essa substituição será concluída de acordo com o que foi combinado entre o instituto e o Departamento de Logística em Saúde da pasta”, reforçou o Butantan.

# Com manobra do governo, Comissão aprova PEC da destruição do Estado

Com alterações no relatório de última hora e troca de deputados, a Comissão Especial da Câmara aprovou a PEC 32 por 28 a 18

O texto da “reforma” administrativa (PEC 32) foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (23).

A votação foi marcada por mudanças no relatório feitas de última hora, protesto de servidores e a pressão dos deputados contrários ao projeto. Para garantir a aprovação na Comissão, o governo teve que fazer uma manobra desesperada, substituindo 8 deputados governistas de ontem para hoje.

O relator da “reforma”, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apresentou, nesta quinta-feira (23), a sétima versão do texto feita por meio de complementação de voto, em que fez novas alterações. O relatório foi apresentado às 10h46 desta manhã, promovendo novas alterações ao texto apresentado em 17 de setembro, modificando mesmo as versões apresentadas horas antes, às 16 horas e às 21h08 da quarta-feira (22).

“Causou espanto que hoje a ordem do dia no Plenário, na prática, não tenha existido. Assim foi, no fundo, para aprovar essa matéria que vai contra o Brasil, contra os servidores. Mais do que isso, depois da substituição de membros titulares desta comissão – prova de que a base do governo não tem segurança para defender essa matéria. É compreensível, um governo que alcançou na última pesquisa 68% de reprovação – na última pesquisa de opinião divulgada – é um governo que quem a ele se associar caminha para o abismo, para a força. Então é compreensível que a base não queira a ele se aliar, pois é um governo que está no fim”, disse Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição.

Com a pressão dos deputados de oposição, que queriam mais tempo para apreciar as mudanças, de ontem para hoje, e a incerteza de maioria na Comissão, o governo Bolsonaro atuou para substituir deputados da Comissão Especial. De acordo com o site da Câmara, PSDB, DEM, PL, PSD e Cidadania cederam suas vagas na Comissão Especial para deputados do Novo, que votaram em bloco a favor da PEC 32, a favor da destruição dos serviços públicos.

“Governo de um presidente da República que vai para a ONU e não tem uma única agenda bilateral, cujo programa é comer pizza em pé na rua porque não se vacinou. Fazendo o país passar vergonha perante o mundo, contaminando integrantes da ONU, com um ministro da Saúde contaminado por Covid. Quem é que vai querer apoiar esse governo? Então é natural que muitos colegas tenham que ser substituídos”, completou Molon.

## RETROCESSOS

O novo texto apresentado por Arthur Maia contém importantes retrocessos em relação à versão anterior. As medidas mais polêmicas foram: 1) a volta do art. 37-A, que permite terceirização ampla de atividades e contratação de pessoal para prestação de serviços públicos por entidades privadas; 2) O retorno do prazo máximo de 10 anos para contratação temporária de servidores, que no relatório anterior tinha caído para 6 anos e; 3) A ampliação da possibilidade de regulamentação das normas gerais sobre pessoal por medida provisória, exceto para dispor sobre a redução salarial e demissão por excesso de despesas, o que permite o governo extinguir cargos e funções (ou criá-las) a seu bel prazer.

O deputado André Figueiredo (PDT-CE) disse que “o que mais nos impressiona é a birra, por causa do enfrentamento de ontem, que fez voltar a um relatório que contradiz frontalmente as palavras do deputado Arthur Maia na defesa de seu relatório, onde ele defendia o serviço público com uma linguagem que parecia até mesmo da oposição, parecia a defesa intransigente de um Estado forte. Nesse novo relatório, como nos deparamos? Com a volta desse artigo 37-A, quando já estava compactuada a sua retirada. Esse artigo prevê a terceirização absoluta do Estado brasileiro”. “A retirada de um disposi-

## MOBILIZAÇÃO

Para o presidente do Sintergs (Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul), Antonio Augusto Medeiros, o placar desta quinta-feira mostra que o governo terá dificuldade para aprovar a reforma administrativa na Câmara. São necessários 308 votos. “É importante manter a mobilização aqui em Brasília, nos estados e nos municípios base dos deputados. Vamos manter a luta para derrubar a PEC 32 no plenário”, afirma Medeiros. A matéria passa agora por votações dos destaques feitos ao texto e, quando encerrada, seguirá para o plenário da Casa.



## São Paulo tira nome de torturador e rua passa a se chamar Frei Tito

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou a lei que altera o nome da rua Doutor Sergio Fleury, na Vila Leopoldina (zona oeste da capital paulista), para rua Frei Tito. A lei 17.648 foi aprovada em agosto e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) neste sábado (25).

O projeto de lei tramitava na Câmara Municipal desde 2013 e foi feito por um grupo de vereadores: o então vereador, hoje deputado federal, Orlando Silva (PCdoB), os vereadores Arselino Tatto (PT), Alfredinho (PT), Juliana Cardoso (PT), Reis (PT) e Toninho Vespoli (PSOL), além do ex-vereador Jamil Murad (PCdoB). Para os autores, a mudança do nome representa uma “reparação histórica e simbólica”.

Orlando Silva comemorou em suas redes sociais: “Em São Paulo tinha uma rua em homenagem a Sérgio Fleury, chefe da repressão na ditadura militar. Tinha! Agora ela se chama rua Frei Tito, uma das vítimas do fascista. O prefeito Ricardo Nunes sancionou lei que propus quando vereador”.

“Democracia é patrimônio que precisa ser cuidado por todos, as cidades precisam reverenciar a memória dos que cultivaram os valores democráticos”, completou o deputado federal.

“É uma grande vitória tiramos o nome de um torturador para homenagear Frei Tito, que foi um grande defensor da nossa democracia. A aprovação da Lei é um simbolismo importante para a nossa história e para todos aqueles que sofreram com o regime militar. Recebo a notícia com grande satisfação e orgulho, uma vez que sou coautor do projeto que deu origem à Lei”, disse Arselino Tatto em suas redes sociais.

Quando a proposta foi aprovada na Câmara, Arselino frisou que “vivemos tempos difíceis e sombrios, há um movimento de negação da existência da ditadura militar em nosso país, e Frei Tito é prova de que o regime ditatorial não só existiu como a tortura cometida naquele período o levou ao suicídio. É uma reparação histórica que seu nome substitua o do delegado Fleury, um dos seus principais torturadores”.

Fleury foi delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) durante a ditadura militar, na década de 1960. Ele é apontado como um dos torturadores de Frei Tito, um frade católico que foi perseguido durante o regime militar.

Vespoli, também pelas redes sociais, afirmou que se trata de uma “justa homenagem”. “Vamos avançar na luta para homenagear lutadores da nossa democracia e não torturadores genocidas!”, disse o vereador.

## FREI TITO

Nascido em 1945, Frei Tito assumiu a direção da Juventude Estudantil Católica em 1963 e foi morar no Recife. Mudou-se para São Paulo para estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Quando estudante, foi preso pelo regime ditatorial em outubro de 1968 por participar do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), o famoso Congresso de Ibiúna (SP). Fichado pela polícia, tornou-se alvo de perseguição pela repressão militar.

Acusado de oferecer infraestrutura a Carlos Marighella, foi preso novamente, em novembro de 1969, em São Paulo, junto com outros quatro frades: os frades Betto, Betto, Oswaldo, Fernando e Ivo. Tito foi submetido à palmatória e choques elétricos, no Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Em fevereiro do ano seguinte, quando já se encontrava em mãos da Justiça Militar, foi retirado do Presídio Tiradentes e levado para a sede da Operação Bandeirantes (Oban).

Sob as formas torpes de tortura, os algozes queriam forçar Tito denunciar quem o ajudou a conseguir o sítio em Ibiúna para o congresso da UNE e assinasse depoimento atestando que dominicanos haviam participado de assaltos a bancos. Tãmanha a monstruosidades cometidas contra o frade que fizeram com que Tito preferisse a morte, tentando o suicídio. Contudo, ele foi socorrido a tempo no hospital militar, no bairro do Cambuci.

Na prisão, escreveu sobre as torturas sofridas. O documento correu o mundo e logo se tornou símbolo da luta pelos direitos humanos.

Em dezembro de 1970, incluído na lista de presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Tito foi banido do Brasil pelo governo Médici e seguiu para o Chile, posteriormente para a Itália e França.

Em Paris, recebeu apoio e asilo dos dominicanos. Mas as torturas lhe deixaram inúmeras marcas e traumas, precisando Frei Tito do aporte do tratamento psiquiátrico e cometeu suicídio em 10 de agosto de 1974.



Deputados e servidores protestam contra a PEC durante sessão na Câmara



## Centrais Sindicais convocam trabalhadores para ato contra Bolsonaro no próximo dia 2

As centrais sindicais lançaram, na quinta-feira (23), uma convocação conjunta para as manifestações contra Bolsonaro, marcadas para o dia 2 de outubro. Os atos, que devem acontecer em várias capitais e municípios do país, estão sendo convocados por entidades sindicais, estudantis, partidos e lideranças políticas.

“A voz das ruas tem que ser ouvida, e nós seremos essas vozes no 2 de outubro e em todas as datas que vierem, até que Bolsonaro seja afastado para ser julgado pelos crimes que cometeu e comete diariamente contra os brasileiros, até que ele responda pelo genocídio que tirou as vidas de quase 600 mil pessoas na pandemia de Covid-19, pelo desemprego que atinge 100 milhões e pelo desalento que causa miséria e fome”, afirma a nota das centrais sindicais.

Na nota, as centrais Força Sindical, CTB, CUT, UGT, NCST, CSB, CSP-Confutas, Intersindical e Pública, informam que os sindicatos e associações a elas filiados estão clamando os trabalhadores, em todo o país, para protestarem nas ruas, nas praças, além de assembleias e panfletagens nos locais de trabalho e terminais de transporte público.

“Vamos ocupar as ruas em protesto contra o caos que representa, ao país, ter o mitômano Jair Bolsonaro na Presidência da República: desemprego recorde, fome, carestia, inflação, corrupção, retirada de direitos, desmonte dos serviços públicos e das estatais, ataques à democracia, à soberania e às liberdades, atropelo da ciência e desprezo à vida”, afirmam as centrais.

Segundo as entidades, “cada dia a mais que Bol-

sonaro acorda como presidente da República, o Brasil afunda, perde e se perde do mundo, mantendo-se como pária atado à espiral de crises (sanitária, política, econômica, institucional e diplomática) geradas pela incompetência e projeto pessoal de poder de Bolsonaro e da sua inepta equipe de governo”.

A nota lembra que, segundo todas as pesquisas, a maioria da população brasileira rejeita e desaprova Bolsonaro e conclama: “É urgente que o Congresso Nacional atenda o clamor popular e acate a abertura de processo de impeachment para que Bolsonaro seja afastado e seus crimes apurados e julgados. Já são mais de 130 pedidos engavetados na presidência da Câmara dos Deputados, enquanto o país afunda no lodo presidencial”.



## Por falta de peças, Volkswagen coloca 800 funcionários de Taubaté em férias coletivas

A Volkswagen vai colocar 800 funcionários da fábrica de Taubaté (SP) em novas férias coletivas a partir desta segunda-feira (27). De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (Sindmetau), a paralisação é por conta da falta de peças e vai se estender por 10 dias.

A empresa alega a falta, principalmente,

de semicondutores, que desde o início da pandemia estariam em falta e atrapalhando a produção de veículos. Os trabalhadores devem retornar às atividades no dia 7 de outubro.

Essa é a sexta vez no ano em que a Volkswagen coloca os funcionários em férias coletivas por falta de peças. A última foi entre agosto e setembro, quando 2 mil trabalhadores foram afetados pela medida.

De acordo com o Sindmetau, inicialmente desta vez também seriam os 2 mil a entrarem em férias coletivas, mas o número foi revisto e a medida vai valer apenas para um grupo de 800 funcionários, o equivalente a um turno de produção.

# ONU: deportação de haitianos pelos EUA “contraria direito internacional”



**“UE deve constituir a sua independência”  
“Europa não pode contar com Washington para sua proteção estratégica”, diz ministro francês**

“Os nossos parceiros europeus têm que abrir os olhos” para o fato de que “não podemos continuar a contar com os Estados Unidos para garantir a nossa proteção estratégica”, ressaltou na quinta-feira (23) o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, um peso pesado no governo do presidente Emmanuel Macron.

A declaração foi feita à emissora France Info, no dia seguinte ao telefonema de Biden a Macron, que resultou na decisão de Paris de enviar de volta a Washington na próxima semana o embaixador chamado para consultas e na programação para outubro de “consultas aprofundadas” visando restaurar “a confiança”.

A convocação, sem precedentes, do embaixador francês para “consultas”, considerado o gesto mais extremo no terreno da diplomacia, havia sido determinada por Paris após o anúncio do cancelamento, pelas costas da França, do ‘contrato do século’ de US\$ 66 bilhões de submarinos convencionais franceses para a Austrália, substituídos por encomenda de submarinos nucleares norte-americanos, em meio ao anúncio da formação de novo pacto bélico no Pacífico (Aukus), cujo alvo qualquer um percebe ser a China.

“A primeira lição que se deve retirar do episódio do cancelamento do contrato de fornecimento de submarinos é que a União Europeia deve construir a sua independência estratégica”, enfatizou Le Maire.

Na opinião dele, “é um erro” acreditar, como a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, que os Estados Unidos continuarão a proteger os europeus em quaisquer circunstâncias. “Se amanhã houver um enorme problema de imigração ilegal, se houver um problema de terrorismo vindo do continente africano, quem nos vai proteger? Só nós. Só podemos contar conosco próprios”, acrescentou.

Segundo a análise do ministro francês, os EUA “têm apenas uma preocupação estratégica, que é a China, e conter o poder crescente da China”. Neste contexto, “os seus aliados têm de ser dóceis”.

Le Maire afirmou que, embora se tenha dado esse passo para a conciliação, o telefonema de Biden a Macron, este tipo de disputa “deixa sempre vestígios porque foi tomada uma decisão brutal”. Ou, nas palavras do surpreendido ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Yves Le Drian, uma “facada pelas costas”.

O golpe tinha ainda outros agravantes: a França irá a eleições, em que a situação de Macron não é propriamente confortável, o país assume a presidência rotativa da União Europeia com o intuito de discutir maior autonomia europeia no terreno da defesa e coincidiu com a divulgação, pela UE, da ‘estratégia’ europeia para o Indo-Pacífico.

## LIGEIREZA?

Assim, não é de surpreender que, da esquerda à direita, tenham havido manifestações de discordância com o que consideram a ligeireza com o qual Macron parece disposto a digerir a ofensa. François Asselineau, da União Patriótica Francesa, postou um vídeo de alguém que infla um balãozinho, que sai rodopiando, se esvazia e cai.

Eric Ciotti, candidato às primárias dos republicanos, na esteira do telefonema, voltou a exigir a saída de Paris do comando integrado da Otan “para reconquistar [sua] independência e [sua] soberania”.

O candidadíssimo líder da França Insubmissa, Jean-Luc Melançon, optou pelo escafo no Twitter: “Macron exhibe sua coleira à França humilhada”. Antes, classificara o telefonema de “rendição incondicional” de Macron.

No próprio ministério de Macron, as reações haviam sido enfáticas. Clemente Beaume, ministro das Relações Europeias, em entrevista no início da semana à emissora France24 exortou a União Europeia a impulsionar a “autonomia estratégica” em relação aos EUA, a “fortalecer [suas] capacidades de reflexão, autonomia estratégica e defesa”, a exemplo de agora do posicionamento do ministro Le Maire.

“Porque os americanos garantiriam a nossa defesa [nesta] questão? Cabe-nos a nós fazê-lo!”, disse Beaume, sublinhando que os europeus têm “a perícia, os meios financeiros e a capacidade para fazê-lo na Europa”. Sobre a atitude do governo britânico, ele acrescentou que, ao deixar a UE, Londres “retornou ao rebanho americano com uma forma aceita de vassalagem”.

O chanceler Le Drian falou com seu homólogo Antony Blinken após o telefonema Biden-Macron. Comunicado francês sobre esse intercâmbio, sem maiores detalhes, registrava Le Drian dizendo que “um primeiro passo foi dado” [o telefonema de Biden] “mas a saída da crise entre nossos dois países levaria tempo e exigiria ação”.

## A INDIGNAÇÃO DE LE DRIAN

Na semana passada, o chanceler francês Le Drian havia sido o interlocutor mais direto da indignação francesa.

“Esta decisão unilateral, brutal e imprevisível é muito parecida com o que o Sr. Trump costumava fazer. Soubemos brutalmente, por uma declaração do presidente Biden, que o contrato entre os australianos e os franceses foi rompido e que os Estados Unidos propõem aos australianos um acordo nuclear de conteúdo desconhecido. ... Não é assim que se tratam aliados ou outras potências que desejam desenvolver uma estratégia indo-pacífica coerente e estruturada.”

Le Drian disse ainda que os EUA “estão mudando seus interesses fundamentais. Eles estão renegando certo número de promessas que fizeram em nível global, e há uma ligação real entre o Aeganistão e o que acabou de acontecer com o acordo da Austrália”.

Ele concluiu: “Tudo isso nos leva a perguntar o quanto forte é a aliança com os Estados Unidos”, disse ele. “Os verdadeiros aliados falam uns com os outros e se respeitam. Não foi isso que aconteceu.”

Leia a matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Haitianos se arriscaram a cruzar o rio Bravo para fugir da pandemia e da fome

## Cuba denuncia Estados Unidos na ONU por “recrudescer o bloqueio”

Em seu discurso na 76ª Assembleia Geral da ONU, o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, denunciou o governo dos Estados Unidos por “recrudescer” o bloqueio contra seu país, vigente há mais de meio século, no marco de uma “guerra não convencional” que tem como objetivo “apagar” a Revolução iniciada por Fidel Castro. Em seu discurso virtual durante a sessão das Nações Unidas, Díaz-Canel afirmou que os Estados Unidos usam as sanções econômicas como um dos instrumentos centrais de sua política externa para ameaçar e pressionar outros países.

Diante dessa situação, afirmou que “devemos lutar para que prevaleçam a solidariedade, a cooperação e o respeito mútuo, se queremos dar uma resposta efetiva às necessidades e desejos de todos os povos, preservando o que há de mais valioso: a vida e a dignidade humanas. Nossos povos têm direito a viver em paz e segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar e à justiça social”.

O também primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba defendeu “uma mudança de paradigma e a transformação de uma ordem internacional profundamente desigual e não democrática, que coloca o egoísmo e os interesses mesquinhos de uma minoria acima das aspirações legítimas de milhões de seres humanos”.

“Por mais de 60 anos, o governo dos Estados Unidos não parou um minuto em seus ataques contra Cuba”, constatou Díaz-Ca-



Díaz-Canel: “EUA usa sanções para ameaçar países”

nel e se referiu a “fundos multimilionários” que vão para “campanhas de manipulação” com o objetivo de projetar “uma imagem absolutamente falsa da realidade cubana”, sublinhando que por meio de medidas de “coerção econômica” o governo dos Estados Unidos “ameaça, extorpe e pressiona Estados soberanos a se manifestar e agir contra aqueles que identifica como adversários”, incluindo esforços para promover mudanças de regime.

O presidente denunciou na ONU que “o mais cruel e prolongado bloqueio econômico, comercial e financeiro que tenha sido aplicado contra qualquer nação, foi exacerbado de forma oportunista e criminoso em meio à pandemia, e o atual governo de Joe Biden mantém vigentes, sem mudanças, as 243 medidas coercitivas adotadas pelo governo de Donald Trump, incluindo a incorporação de Cuba à lista espúria e imoral de países que supostamente patrocinam o terrorismo”.

“Fizemos de tudo para apagar a Revolução cubana do mapa político mundial. Não aceitamos alternativas ao modelo que concebemos para o que acham ser o seu quintal”, assinalou.

Declarou inaceitável questionar o direito de todo Estado “de desenvolver o sistema político, econômico, social e cultural soberanamente escolhido por seu povo”.

## SOLIDARIEDADE

Diante disso, a resposta cubana tem sido a soberania e a solidariedade, reiterou. Díaz-Canel registrou que “praticamos a solidariedade desinteressada com aqueles que precisam de nosso apoio e também o recebemos com gratidão de governos, povos, amigos e da comunidade cubana no exterior”.

Como exemplo, lembrou que Cuba “enviou mais de 4.900 colaboradores, organizados em 57 brigadas médicas, a 40 países e territórios afetados pela Covid-19”. Ao mesmo tempo, comemorou que os cientistas cubanos desenvolveram três vacinas mesmo sob condições extremamente adversas, Abdala, Soberana 02 e Soberana Plus, com as quais se espera imunizar toda a população da ilha até o final deste ano.

## Argentina anuncia reajuste do salário mínimo de 52,78% para repor perdas com a inflação

Governo argentino, centrais sindicais e associações empresariais fecham acordo para reajuste escalonado de 52,78% até fevereiro de 2022.

O Salário Mínimo, Vital e Móvel (SMVM) dos argentinos foi reajustado – de forma escalonada até fevereiro de 2022 – em 52,78%, um aumento que permitirá a valorização dos ganhos acima do IPC em 2%, já este ano, caso a inflação mensal se mantenha no patamar atual, ou seja, em até 2,5%, afirmou um estudo da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA).

Segundo o informe, durante o governo de Mauricio Macri, os salários dos trabalhadores perderam 25% em relação à inflação, enquanto no ano passado, em meio à crise provocada pela pandemia, foram perdidos outros 8%.

Agora, após um amplo debate, o governo nacional, as centrais sindicais e as entidades empresariais acordaram aumentar o SMVM em 52,78% até fevereiro de 2022. Aprovado em sessão do Conselho do Salário, o incremento foi decidido pela primeira vez de forma unânime pelos 32 representantes de todos os segmentos. A valorização alcançará diretamente a mais de um milhão de trabalhadores



Presidente Fernández anuncia o reajuste

e pessoas beneficiárias de programas sociais como Promover o Trabalho e Acompanhar, do Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade.

Estiveram presentes no encontro o presidente Alberto Fernández, que dirigiu a sessão; o chefe de Gabinete, Juan Manzur; e os ministros do Trabalho, Claudio Moroni; da Economia, Martín Guzmán; de Desenvolvimento Produtivo, Matías Kulfas, e de Desenvolvimento Social, Juan Zabaleta; além da secretaria Legal e Técnica, Vilma Ibarra, os dirigentes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Héctor Daer; da CTA, Hugo Yasky, da CTA Autônoma, Ricardo Peidro, e da União Industrial da Argentina (UIA), Daniel Funes de Rioja, representante dos empresários.

“Claramente estamos cumprindo com a palavra do presidente Fernández de que os valores dos salários sejam reajustados e cresçam acima da inflação”, afirmou o ministro do Trabalho, Claudio Moroni.

Para o chefe de Gabinete da Presidência, Juan Manzur, o aumento do SMVM “fala da decisão política do governo de avançar na direção de fechar lacunas e seguir na direção do aumento desse salário, conforme havia sido anunciado”.

“É um dia muito importante”, afirmou Manzur, destacando que o resultado vitorioso “tem a ver com o fruto do trabalho de tempo, reuniões e encontros”. “É preciso destacar o consenso que se conseguiu dos 32 membros que integram este conselho, que todos deram sua aprovação para este novo montante”, acrescentou.

Leia a matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Filipo Grandi, diretor da agência da ONU para os refugiados, condenou as expulsões em massa e sumárias dos haitianos que chegam à fronteira ao sul dos Estados Unidos

A Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou nesta terça-feira (21) sua profunda preocupação pelas deportações massivas de imigrantes haitianos por parte do governo dos Estados Unidos e alertou que as pessoas com solicitação de asilo podem estar em risco de vida.

“As expulsões em massa e sumárias que se realizam atualmente sem tentar determinar as necessidades em termos de proteção, são contrárias ao direito internacional e podem constituir devoluções”, declarou em um comunicado o diretor da agência da ONU para os Refugiados (Acnur), Filippo Grandi. “Estamos seriamente preocupados com o fato de que parece que não houve uma avaliação individual nos casos (do Haiti)”, destacou a porta-voz da ONU, Marta Hurtado.

Considerado o país mais pobre das Américas, o Haiti enfrenta uma profunda crise política e social que se viu agravada pelo terremoto de 15 de agosto e o assassinato em 7 de julho do presidente Jovenel Moise. A tragédia humanitária forçou um exodo gigantesco nos últimos dias na luta pela sobrevivência.

Apesar do crescimento da fome e dos estragos da pandemia no país caribenho, o governo de Joe Biden vem acelerando a deportação massiva dos mais de 13 mil que se encontram presos em campos de concentração na cidade de Del Rio, no Texas -, alegando que este “não é o momento” para que entrem nos EUA.

A ordem de Biden está sendo cumprida à risca, explicitada na foto de um migrante haitiano chicoteado por um agente de segurança montado em seu cavalo para que não atravessasse o Rio Bravo, rumo à cidade de Del Rio.

## CINISMO

O Escritório de Aduanas e Proteção das Fronteiras dos Estados Unidos frisou que a maioria dos imigrantes seriam expulsos sob o Título 42 da lei que restringe a imigração devido à pandemia de Covid-19. A alegação é tão torpe quanto cínica, uma vez que é algo que poderia ser resolvido rapidamente com a pronta vacinação desta população. Ao mesmo tempo, os EUA continuam concentrando milhões de migrantes haitianos, que agoniza diante de um terremoto catastrófico e com o recente assassinato de seu presidente.

## Prefeito de Nova Iorque ironiza a recusa de Bolsonaro de tomar vacina

“Se não quiser se vacinar não venha”, advertiu o prefeito de Nova Iorque na véspera da chegada de Bolsonaro (Joe Raedle/AFP)

“Precisamos mandar uma mensagem a todos os líderes mundiais, principalmente a Bolsonaro, do Brasil, de que se você pretende vir aqui, precisa ser vacinado”, declarou Bill De Blasio durante coletiva no dia 20.

Ele ainda ironizou o único dos que compareceram à Assembleia Geral que insistiu em não se vacinar apontando – por twitter – a Bolsonaro os locais de vacinação próximos ao prédio da ONU.

Como consequência do não uso de máscaras pelos integrantes da delegação brasileira o ministro da Saúde do Brasil acabou por contrair Covid ainda em

líder democrata no Senado dos EUA, Chuck Schumer, conclamou o presidente Biden a acabar imediatamente com as expulsões “detestáveis” de imigrantes, deportados até um país instável e carcomido pela violência. “Não podemos prosseguir com estas políticas cheias de ódio e xenofobia do ex-presidente Donald Trump, que desdenham nossas leis sobre refugiados”, acrescentou Schumer.

## DEPUTADA MAXINE

“Não estou apenas infeliz com os vaqueiros que estavam atropelando os haitianos e usando suas rédeas para açoitá-los. Estou insatisfeita com o atual governo que está seguindo a política de Trump. Ele é aquele que não segue a Constituição e não permitiria que quem busca refúgio pudesse fazer uma petição para entrar no país”, protestou a deputada democrata Maxine Waters (Califórnia), durante coletiva de imprensa em resposta aos abusos cometidos por agentes da Patrulha dos Estados Unidos, em Del Rio, Texas, na fronteira com o México.

“Cowboys – com suas rédeas, novamente – chicoteando negros, haitianos, na água onde eles estão lutando e caindo quando tudo o que eles estão tentando fazer é escapar da violência em seu país”, acrescentou.

“O que testemunhamos nos faz retroceder centenas de anos”, denunciou Maxine comparando as imagens com os piores momentos “testemunhados durante a escravidão”.

Diante da contundência das imagens, a parlamentar questionou a Casa Branca: “Que diabos estamos fazendo aqui?”.

As declarações desencadearam uma série ainda mais contundente de protestos contra o racismo e a xenofobia documentados em fotografias e vídeos contra imigrantes.

Acuado, o secretário de Segurança Interna dos EUA, Alejandro Mayorkas, declarou em depoimento aos legisladores que está investigando o “incidente” e que as respostas virão em alguns dias, não mais em semanas.

Enquanto isso, o presidente Biden continua utilizando o Título 42 – alegando a defesa da saúde pública norte-americana – para acelerar a expulsão de milhares de migrantes haitianos, que agoniza diante de um terremoto catastrófico e com o recente assassinato de seu presidente.

Nova Iorque e teve que se submeter a uma quarentena para retornar ao Brasil.

De Blasio também se referiu de forma irônica a mais este vexame daquele que no dia anterior havia mostrado o dedo do meio aos manifestantes que exigiam fora Bolsonaro ao lado de um caminhão com cartazes luminosos denunciando Bolsonaro como “criminoso ambiental”, “mentiroso” e “nojento”.

“Se ao menos houvesse alguma maneira de limitar seu risco”, para a cidade de Nova Iorque, declarou o prefeito, referindo-se a Queiroga, em quarentena em um quarto de um dos hotéis da cidade, através de uma mensagem via twitter que é acompanhada de um link que conduz os internautas a uma lista de postos de vacinação.

# Diretora da Huawei é libertada e EUA recua de acusações falsas



Secretário-geral da ONU Antonio Guterres

## ONU alerta para “quadro pior que o da Guerra Fria”

Na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU na terça-feira (21), o secretário-geral Antonio Guterres pediu “um multilateralismo renovado” com cooperação global, chamou de grande “falha ética” global o fato de as vacinas anticovid não serem distribuídas de forma uniforme no mundo, alertou que “o mundo nunca esteve tão ameaçado” – do assalto à paz às alterações climáticas, do fosso entre ricos e pobres e desigualdade de gênero à divisão tecnológica ou digital, passando pela pandemia – e advertiu contra “uma nova guerra fria” que poderia dividir o mundo em dois.

A “interdependência tem de ser a lógica do século 21”, exortou Guterres, alertando contra trilhar “o caminho sem fim para a destruição” ao invés de o “caminho da solidariedade”. A Assembleia Geral da ONU reúne mais de 100 chefes de Estado e Governo e representações diplomáticas de todos os 193 Estados-membros da organização. Para ele, grande parte dos problemas advém da pandemia de covid-19, que tem exacerbado as desigualdades sociais e econômicas no mundo.

Mas Guterres alertou sobre outra “doença contagiosa”: a desconfiança em vários níveis – sejam as teorias da conspiração que entram em contradição com a ciência, a população sem confiança nos seus governos ou ainda a falta de cooperação entre países em temas que necessariamente dependem do multilateralismo.

“As promessas não valem nada se as pessoas não virem os resultados no seu dia a dia”. Ele advertiu que essa constante falta de resultados e desesperança vem atizando “os impulsos mais obscuros da humanidade”, como a apologia da supremacia cultural, domínio ideológico, misoginia violenta ou ataques aos mais vulneráveis, incluindo refugiados e migrantes.

Guterres também expressou sua preocupação com muitos locais onde “tantos foram deixados para trás”, e não prevalece a paz e o respeito aos direitos humanos, como Afeganistão, Etiópia, Myanmar, Sahel, Iêmen, Líbia, Síria e Haiti.

Sem nomear, Guterres advertiu sobre a divisão entre as grandes potências – numa referência implícita à investida dos EUA contra a China –, apontando que pode ser criado um mundo “muito menos previsível e muito mais perigoso do que a Guerra Fria”, disse o secretário-geral.

“Temo que o nosso mundo esteja a se arrastar para dois conjuntos diferentes de regras econômicas, comerciais, financeiras e tecnológicas, duas abordagens divergentes no desenvolvimento da inteligência artificial – e, em última análise, duas estratégias militares e geopolíticas diferentes”, acrescentou.

Sobre as transformações climáticas, Guterres reiterou a urgência da transição para energias renováveis e da redução da utilização dos combustíveis fósseis e carvão, assim como da redução de aos recursos naturais poluentes.

Guterres chamou a atenção para as consequências da pandemia com relação à retomada do desenvolvimento econômico. Enquanto as economias avançadas estão investindo “quase 28% do seu Produto Interno Bruto na recuperação econômica”, essa média cai para 6,5% nos países de renda média e “para 1,8% nos países menos desenvolvidos”, disse o chefe da ONU. As previsões do FMI indicam que nos próximos cinco anos o crescimento econômico per capita na África subsaariana seja 75% menor do que no resto do mundo.

No discurso, Guterres renovou o apelo pela reforma da arquitetura da dívida internacional, para que seja mais equitativa, e dos sistemas de impostos em todo o mundo, para deter a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou outros fluxos financeiros ilícitos.

Ele lembrou também os efeitos negativos da desigualdade de gênero e apelou por sociedades com “representação mais igual”, que são, consequentemente, “mais estáveis e pacíficas”.

“A igualdade das mulheres é essencialmente uma questão de poder. Devemos transformar urgentemente o nosso mundo, dominado pelos homens, e mudar o equilíbrio de poder, para resolver os problemas mais desafiadores de nossa época”.

Guterres defendeu, ainda, que o acesso à internet se torne um direito humano. Ele pediu estratégias para combater o armazenamento de dados pessoais que estão sendo usados comercialmente para lucros corporativos, ou ainda pelos governos para “controlar ou manipular comportamentos, violando direitos individuais ou de grupo e debilitando democracias”. Ele chamou, ainda, a criar mecanismo para “dar mais voz aos jovens, garantir educação de qualidade e dar mais poder àqueles que serão herdeiros do mundo de hoje”.

Leia íntegra da matéria em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Meng Wanzhou livre após quase três anos presa no Canadá como refém da política dos EUA

## Rússia denuncia pacto EUA-Austrália por “ameaçar a segurança de toda a Ásia”

O novo pacto em que EUA e Reino Unido se unem à Austrália para posicionar submarinos nucleares nas profundezas do Oceano Pacífico é um passo hostil dirigido não apenas a Pequim, mas também a Moscou, afirmou o secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Nikolay Patrushev.

Em entrevista ao jornal Argumenty i Fakty, Patrushev advertiu que o pacto entre as três nações, conhecido como AUKUS, será inevitavelmente mais um bloco militar destinado a conter e confrontar as duas potências não ocidentais mais fortes.

“Outro bloco militar foi formado na região – o AUKUS americano-britânico-austra-

liano, que persegue os mesmos objetivos”.

Segundo ele, o novo acordo é uma ameaça a “toda a arquitetura de segurança na Ásia” ao possibilitar com que Londres e Washington entreguem o know-how técnico para Canberra desenvolver e implantar submarinos com propulsão nuclear (e com capacidade técnica para a qualquer momento fazerem uso de armas nucleares estratégicas).

Patrushev comparou o pacto ao QUAD, dito um ‘formato de diálogo estratégico’ entre os EUA, Índia, Japão e Austrália, projetado para fortalecer a posição de Washington na

Ásia. Segundo ele, o grupo é “um bloco político-militar com um caráter marcadamente pró-americano”.

O novo pacto bélico já havia sido denunciado pela China, Indonésia e Malásia por incitar a uma corrida armamentista nuclear no Pacífico e por sabotar a instauração de uma zona livre de armas nucleares no sudeste asiático proposta pela Asean e minar a não-proliferação. A França, que tinha um contrato assinado com Canberra para fornecer submarinos convencionais, declarou-se “esfaqueada pelas costas” e chamou de volta para consultas seus embaixadores nos EUA e na Austrália.



Presidente da União Europeia, Ursula von der Leyen, critica “pacto” de Biden

## Para chefe da União Europeia é ‘inaceitável’ tratamento dado à França no pacto Aukus dos EUA

A presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula von der Leyen, afirmou que o tratamento dado à França pela Austrália, Reino Unido e Estados Unidos (pacto Aukus) “não é aceitável”, enquanto cresce no mundo inteiro a condenação à implantação de submarinos nucleares australianos no Pacífico fornecidos por Washington.

Em declarações à CNN, von der Leyen disse que os três países têm “muitas questões em aberto que têm de ser respondidas” e deixou claro que a União Europeia considera que “um dos nossos Estados membros foi tratado de uma forma que não é aceitável”.

No caso, o cancelamento, pelas costas da França, do chamado “acordo do século”, o fornecimento de 12 submarinos convencionais de tecnologia francesa por US\$ 66 bilhões, praticamente anunciado ao vivo por Washington, Canberra e Londres, junto com a criação da aliança anti-China Aukus (sigla composta pelas iniciais de Austrália, Reino Unido e EUA) e fornecimento, no lugar, de submarinos nucleares norte-americanos para a Austrália posiciona no Pacífico.

Também o presidente do Conselho Europeu, o belga Charles Michel, à margem da

abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU chamou de “incompreensível” a postura na França. Apontando que “os princípios elementares entre aliados são a transparência e a confiança. Seguem juntos. E aqui, o que vemos? Uma clara falta de transparência, de lealdade”. Ele acrescentou que a EU pede a Washington um “esclarecimento” para “tentar compreender melhor quais são as intenções” do anúncio do pacto Aukus.

Esses comentários se seguiram a novos desdobramentos na questão. Pela primeira vez na história, a França chamou de volta para “consultas” seu embaixador junto a Washington, e fez o mesmo em relação à Austrália. Também foi cancelada uma reunião marcada entre os ministros da Defesa francês e britânico.

Conforme o comunicado do ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Yves Le Drian: “A pedido do Presidente da República, decidi chamar de volta imediatamente a Paris para consultas de nossos embaixadores nos Esta-

dos Unidos e na Austrália. Esta decisão excepcional é justificada pelos anúncios excepcionais feitos em 15 de setembro pela Austrália e pelos Estados Unidos.”

“Houve mentiras, houve duplicidade, houve uma grande quebra de confiança, houve desacato. Então, as coisas não estão indo bem entre nós, de forma alguma; em suma, há uma crise”, acrescentou.

Paris chamou de “fachada pelas costas” o cancelamento do acordo dos submarinos com a Austrália. Ao deixar a capital australiana, o embaixador francês Jean-Pierre Thebault citou “relatórios muito confiáveis da imprensa independente”, dizendo que AUKUS estava “em formação há 18 meses”.

“O que significa que fomos atacados intencionalmente por 18 meses... O crime foi preparado por 18 meses”, acrescentou. Thebault disse que durante esses 18 meses, “não houve qualquer tipo de advertência” do lado australiano sobre sua intenção de abandonar unilateralmente o negócio.

Leia a matéria completa em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

A porta-voz da Chancelaria da China, Hua Chunying, repeliu acusações fabricadas contra Meng Wanzhou e disse que a detenção da executiva da Huawei foi por “perseguição política”

A diretora financeira da maior fabricante de equipamentos de telecomunicações chinesa Huawei, Meng Wanzhou, retornou para a China neste sábado (25), após quase três anos em prisão domiciliar no Canadá, acusada – sem provas – de ter desrespeitado sanção unilateral dos EUA contra o Irã. Meng, filha do fundador da Huawei, Ren Zhengfei, foi detida em 1º de dezembro de 2018 no aeroporto canadense de Vancouver a pedido de Washington. A justiça americana a acusou de ter mentido para um executivo do banco HSBC, durante uma reunião em Hong Kong em 2013, sobre as ligações entre o grupo chinês e uma subsidiária chamada Skycom que vendia equipamentos para o Irã que sofria sanções dos Estados Unidos.

Um juiz canadense ordenou que Meng fosse libertada da custódia e cancelou a exigência de fiança na tarde de sexta-feira (24). Os EUA também retiraram as acusações e o pedido de extradição no mesmo dia.

Meng já havia chegado a um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Em uma audiência por vídeo poucas horas antes de sua libertação, ela apenas concordou com uma “declaração dos fatos” ao tribunal federal dos Estados Unidos em Nova York e se declarou inocente de todas as acusações, defendendo sua própria dignidade e a da Huawei.

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Hua Chunying, rejeitou as acusações de fraude contra a executiva da Huawei, afirmando que a detenção de Meng pelos EUA e o Canadá havia sido “perseguição política” e que a “alegação de ‘fraude’ contra ela foi ‘totalmente fabricada’”.

“O retorno de Meng mostra mais uma vez a posição firme da China na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos chineses em sua diplomacia com os EUA e a diplomacia estrangeira em geral”, disse Li Haidong,

## China declara ilegais todas as transações com Bitcoin

O Banco Popular da China declarou, na sexta-feira (24), a ilegalidade de todas as transações financeiras envolvendo criptomoedas como Bitcoin, Ethereum e outras, depois de reiterar que lutará vigorosamente em seu território contra essas transações, classificadas por Pequim como um meio ilegal de pagamento que desestabilizam o sistema financeiro e são utilizados em práticas de lavagem de dinheiro e outros crimes.

“Transações desses derivados em moedas virtuais são atividades financeiras ilegais e estão estritamente proibidas”, afirmou o Banco Popular chinês, que atua como banco central do país, em seu website. O valor do Bitcoin despencou mais de 5% nas primeiras horas após o anúncio.

A China não reconhece criptomoedas como moeda legal e seu sistema bancário não as aceita nem fornece os serviços ligados a ela. Embora em 2013 o governo tivesse definido o bitcoin como uma mercadoria virtual e declarado que os indivíduos podiam participar livremente de seu comércio online, no mesmo ano os reguladores financeiros, incluindo o Banco Popular, proibiram bancos e empresas de pagamento de emprestar serviços relacionados a essa criptomoeda por causa de sua possível utilização ilegal e nociva.

Em setembro de 2017, Pequim já havia proscrito as ofertas de moedas (ICOs), em uma tentativa de proteger os investidores e reduzir os riscos financeiros. Os regulamentos também proibiram as plataformas de negociação de moedas virtuais de

professor do Instituto de Relações Internacionais da China Foreign Affairs University, no site Global Times.

Lü Xiang, pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, disse no início do sábado que há vários fatores que levam os Estados Unidos a resolver esse problema, incluindo a atitude consistente do governo chinês em instar os Estados Unidos e o Canadá a libertarem Meng, e a pressão crescente que o Canadá tem enfrentado, pois sabe claramente que se insistir na extradição de Meng para os EUA, isso criará consequências negativas irrecuperáveis nas relações China-Canadá, e também os procedimentos injustificados com a falta de evidências em todos os procedimentos legais no Canadá, que estenderiam ainda mais a batalha judicial por muitos anos.

### CANADENSES

No dia em que Meng voltou para casa, a mídia canadense informou que dois canadenses – Michael Kovrig e Michael Spavor – deixaram a China em um avião para o Canadá. Spavor foi condenado em agosto em Pequim a 11 anos de prisão, depois de ser condenado por espionar segredos nacionais da China.

Embora alguns meios de comunicação ocidentais e políticos afirmem que a libertação dos dois canadenses foi um exemplo de “diplomacia de refém”, especialistas chineses explicaram que Meng é que era uma “refém política” segura pelos EUA e Canadá, observando que as evidências crescentes ao longo dos procedimentos legais durante a luta da executiva chinesa contra a extradição mostraram que ela foi vítima de processo político.

A posição firme do governo chinês está sendo considerada chave para os cidadãos chineses e empresas no exterior, defendendo vários funcionários da Huawei em meio à severa repressão liderada pelos EUA às tecnologias 5G e às sanções nos últimos três anos.

converterem moeda legal em criptomoedas e vice-versa. Como alguns operadores que insistiam em movimentações ilegais encontraram lacunas e continuaram a investir em criptomoedas na China usando plataformas estrangeiras, as restrições levaram ao fechamento da maioria dessas plataformas e muitas mudaram de vez para o exterior.

Agora, bolsas estrangeiras estão proibidas de fornecer serviços a investidores no país via Internet.

O fato do governo ter emitido essa alerta este ano expressa que as autoridades estão preocupadas com a chamada “mineração” das criptomoedas – processo usado para verificar transações entre os usuários em uma rede descentralizada – e sua comercialização, que ainda estaria ocorrendo. Analistas alertam contra a proliferação de investimentos ilícitos e arrecadação de fundos através dessas moedas na segunda maior economia do mundo, que possui regras bem definidas sobre o fluxo de capital.

O Banco Popular da China desenvolve atualmente uma versão virtual da moeda oficial do país, o yuan, para transações sem dinheiro vivo, que podem ser controladas e rastreadas.

Agências reguladoras de outros países também alertam com frequência cada vez maior que as criptomoedas exigem maior supervisão. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (SEC), Gary Gensler, assinalou que os investidores precisam de mais proteção no mercado das moedas virtuais, que ele diz ser “repleto de fraudes, golpes e abusos”.

# Frente ampla democrática no Brasil: experiências e possibilidades atuais

O texto que publicamos abaixo foi a base para a palestra, promovida pela Fundação Maurício Grabois de Pernambuco, no ciclo 15º Congresso do PCdoB em Debate, realizada no último dia 2 de setembro

CARLOS LOPES

**M**eus camaradas, meus amigos, agradeço outra vez o convite para estar com vocês, hoje. Antes de tudo, agradeço ao meu amigo Luciano Siqueira, pela consideração e lembrança.

Pernambuco - e especialmente Recife - foi a terra da minha militância, logo após sair do Rio de Janeiro, em abril de 1978. Eu era médico recém-formado, mas, como boa parte da minha geração, o combate a uma ditadura antinacional e antipopular, portanto, antidemocrática, era o que mais nos mobilizava.

No momento atual, em que alguns pretendem instalar outra ditadura no Brasil - segundo Bolsonaro, uma ditadura muito mais estúpida e sanguinária que a anterior -, lembrar o que foi aquela época é um exercício saudável contra quaisquer hesitações na luta contra essa tentativa.

Os mais velhos, como eu, e, talvez, o Luciano, que não é tão velho assim, temos a obrigação de contar aos mais jovens o que foi a ditadura - e como acabou.

Então, vamos ao nosso tema, que é *"Frente ampla democrática no Brasil: experiências acumuladas, possibilidades atuais"*.

Acho que todos vocês já leram as nossas teses para o 15º Congresso. Por isso, não quero repeti-las, mas, se possível, acrescentar mais alguns aspectos, examinar mais alguns ângulos, para fomentar o nosso debate.

Não estou me colocando na posição de quem tem o que ensinar, porque acho que tenho muito a aprender com vocês. Apenas, vou colocar alguns pontos de vista.

Porém, gostaria de partir de um trecho das nossas teses. Nelas, é dito:

*"O PCdoB sublinha uma vez mais a convicção de que é a tática de frente ampla democrática, respaldada pela mobilização política do povo, a orientação e a conduta política eficazes para se enfrentar, desmascarar, derrotar Bolsonaro, bem como conter e repelir o persistente estratagema golpista para liquidar o regime democrático. As bandeiras capazes de unir e pôr em movimento grandes forças políticas, sociais, econômicas, culturais e institucionais, são: enfrentamento à Covid-19; defesa da vida, com vacina para todos e todas, distanciamento social, respeito às demais normas sanitárias; fortalecimento do SUS e da pesquisa científica ligada ao combate ao SARS-CoV-2; auxílio emergencial de R\$ 600 e combate à fome; luta pela proteção e geração de empregos; socorro a micro, pequenas e médias empresas; e defesa da democracia, rechaço ao golpismo de Bolsonaro."*

O que nós podemos entender dessa formulação?

Que, para o nosso partido, a frente ampla democrática não é apenas um nome, um rótulo, mas um conceito, um conteúdo. Estão claros, nesse conteúdo, que a frente ampla democrática é uma **tática**, ou seja, uma política, que ela tem que ser "respaldada pela mobilização política do povo"

e quais são as bandeiras que, no momento, permitem a própria formação da frente.

Por que isso é importante? Porque já houve episódios da História do Brasil em que se falou em "frente ampla" sem que isso correspondesse a um conteúdo amplo - e, talvez, nem a um conteúdo de verdadeira frente.

É conhecido o episódio, após o golpe de 64, em que Lacerda - o golpista-mor, até ser afastado da sucessão presidencial - tentou atrair os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, então fora do país, para algo que chamava de "frente ampla".

Essa articulação foi rejeitada **amplamente** dentro do Brasil. O motivo, se podemos resumir rapidamente a questão, é que nenhuma articulação de Lacerda poderia ser ampla, após o seu papel em todo o período que vai de 1945 até 1966.

Também é conhecida a tentativa de "frente ampla" em torno da candidatura do general Euler Bentes Monteiro à Presidência, no colégio eleitoral que sufragou Figueiredo, em 1978. Apesar de suas credenciais nacionalistas, é evidente que a candidatura de Euler não unia amplamente as forças democráticas do país.

Entretanto, houve, na luta contra a ditadura, um exemplo de frente ampla democrática bem sucedida: aquela formada em torno da candidatura de Tancredo Neves, que derrotou a ditadura em seu próprio colégio eleitoral.

Com certeza, até se formar essa frente, houve várias tentativas, algumas que já mencionamos, e, claro, o movimento das Diretas-Já.

Tratou-se, portanto, de uma frente ampla democrática "respaldada pela mobilização política do povo" - do que decorreu a consecução, também, da Constituição, de cuja elaboração fez parte com destaque o nosso partido, tendo em sua bancada deputados como Haroldo Lima e Aldo Arantes.

Colocadas essas questões históricas, permitam-me os companheiros, antes de chegar ao momento atual, abordar uma questão teórica.

A frente ampla democrática tem caráter estratégico ou apenas sempre caráter tático?

Alguém poderia dizer que a tática faz parte da estratégia, até porque uma tática que contraria a estratégia é coisa de oportunistas.

É verdade, mas nem por isso tática e estratégia deixam de ser coisas diferentes.

No entanto, é na tática - isto é, na luta política em cada conjuntura - que se condensa a estratégia de um partido.

Partidos não são instituições acadêmicas, que, claro, têm um importante papel social.

A análise da realidade - isto é, sobretudo da sociedade - que um partido (estamos falando de um partido revolucionário, comunista) faz, tem o objetivo de elaborar uma estratégia e uma tática.

Isso é assim porque nossa obrigação, para usar as palavras de Marx, não está apenas em interpretar o mundo, mas em transformá-lo, ou ser van-



guarda nessa transformação.

Então, vejamos alguns exemplos mais antigos ainda do que aqueles que já citei.

É possível dizer que, na Independência, houve, com a adesão dos republicanos à estratégia de José Bonifácio, uma frente ampla, de caráter estratégico, para efetuar a nossa separação de Portugal?

Com o cuidado de ressaltar que uma parte não pequena da população era - e continuou - escrava, é possível dizer isso.

E quanto à República, hoje tão difamada pelos sequazes de Bolsonaro, é possível dizer o mesmo?

Sim, é possível - e, nesse caso, a Abolição da escravidão já acontecera no ano anterior.

São exemplos de como uma frente tática acabou se transformando em uma frente de caráter estratégico.

Porém, e a situação atual? Que espécie de frente nós necessitamos?

Lembro que as discussões sobre frente, na época da ditadura, surgiram a partir das formulações de Dimitrov sobre a Frente Popular Antifascista, no VII Congresso da Internacional Comunista.

Como o correr do tempo e da experiência, vimos que unir apenas os partidos e setores populares era insuficiente para derrubar a ditadura. Portanto, tivemos que atrair setores do empresariado e, mesmo, das Forças Armadas. Daí a Frente Ampla que elegeu Tancredo e acabou com a ditadura.

Porém, naquela época a ditadura já estava instalada no país desde 1964.

A situação de hoje é diferente, porque trata-se de impedir que uma ditadura se instale no país - e não de derrubar uma ditadura já existente.

A primeira questão é, portanto: esse risco, de golpe de Estado e ditadura, existe - ou trata-se de algum delírio ou pânico de nossa parte?

Não tenhamos dúvida de que as nossas teses estão certas: o risco existe. E não são apenas os comunistas - o que já seria algo decisivo - que enxergam esse risco.

Aqui, algumas perguntas, apenas para ajudar o nosso raciocínio.

Desde quando Bolsonaro se preocupou em governar?

Por que ele não se preocupa em governar?

Por que ele não se preocupa em aumentar sua popularidade?

Por que ele fala somente para a sua própria bolha de fanáticos e ensandecidos?

Por que os constantes ataques às instituições, incluindo o Judiciário, o Legislativo e a existência das eleições?

Por que essa tensão permanente, com crises em cima de

crises, como agora, antes do Sete de Setembro?

A resposta nos parece óbvia: porque o objetivo de Bolsonaro não é, principalmente, disputar eleições, isto é, tentar sua própria reeleição.

Seu objetivo é o golpe de Estado - e a ditadura.

Alguns companheiros, fora do nosso Partido, opinam que um golpe de Bolsonaro seria inexequível, devido a que ele está em minoria no país.

Essa opinião é completamente errônea.

Primeiro, porque os golpes de Estado são desfechos sempre por uma minoria, isto é, por golpistas que são apoiados apenas por uma minoria da população.

Desde quando os golpistas de 1964 tinham a maioria?

E, pior, quando deram o "golpe dentro do golpe", isto é, a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, os golpistas contavam com o repúdio da ampla maioria da população.

Mesmo assim, a ditadura durou 21 anos, com 10 anos de sangue e tortura.

O golpe de Estado, portanto, sempre conta com o apoio de uma **minoria**. Se contasse com o apoio da maioria, ele não seria necessário para os golpistas - nem estes seriam golpistas.

A segunda questão sobre isso é que o fascismo é sempre um regime de **minoria**, um regime em que a maioria é submetida a uma ditadura que somente conta com um apoio **minoritário** da população.

Esta é a razão porque Hitler e Mussolini eliminaram as eleições da Alemanha e da Itália, mesmo se dizendo com apoio da população. Eles sabiam que isso não era verdade.

Logo, a questão seguinte é: com que minoria Bolsonaro conta para um golpe de Estado?

Um artigo publicado por um professor no Jornal da USP tenta responder a essa questão, chegando à conclusão de que existe um "núcleo duro" bolsonarista, composto por 12% do eleitorado (v. Reginaldo Prandi, **Os 12% do presidente - em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto?**).

Isso é suficiente para um golpe de Estado?

Depende da situação - inclusive da nossa capacidade de reduzir Bolsonaro somente a estes 12% ou até menos.

**Mas não estou dizendo, com isso, que o golpe de Estado é inevitável, até porque o objetivo da frente ampla democrática é, exatamente, evitá-lo.**

Se Bolsonaro ainda não conseguiu dar o golpe é, precisamente, porque as forças democráticas no Brasil, apesar de todas as dificuldades, conseguiram impedi-lo.

Mas a catástrofe a que ele levou o país está bem caracterizada nas nossas teses.

Recentemente, Jean Marc von Der Weid, ex-presidente da UNE durante o pior período da ditadura, escreveu um artigo bastante interessante sobre essa questão do golpe. Cito aqui apenas um trecho:

*"Bolsonaro reza todos os dias, ao acordar e ao dormir, por uma crise social maiúscula, seja por causa da covid ou por causa da fome. Ele torce pelo desespeço da população que leve a revoltas, quebra-quebras, saques. Tudo o que precisa é um estado de convulsão social para impor medidas de exceção, 'pelo bem da paz pública' ou 'pela defesa da propriedade'"* (v. Jean Marc von Der Weid, **A ameaça de golpe no sete de setembro e além**).

Exatamente por isso, porque existe uma conspiração contra a democracia em andamento - e uma conspiração aberta, que nem mesmo é disfarçada minimamente - que a frente ampla democrática é necessária.

Ressalto, aqui, que essa frente ainda não está plenamente constituída. Mesmo assim, obtivemos importantes vitórias no combate ao fascismo, isto é, na luta contra Bolsonaro.

Lembro, outra vez, que a frente que derrotou a ditadura **que já estava instalada**, levou muito tempo para se constituir.

A de agora, que é para impedir a instalação de uma ditadura, está se constituindo mais rapidamente.

Quais são os problemas que temos para sua plena constituição?

Primeiro, a unidade das tendências políticas - isto é, dos partidos - de esquerda com as de centro e mesmo de direita **não fascistas**, em torno de evitar o golpe e a ditadura.

Aqui, o problema não é que gostemos ou não de fazer essa ou aquela aliança. O problema - aliás, a solução - é outro: para isolar Bolsonaro e o fascismo, essas alianças são necessárias.

Em outra época, um amigo observou algo que, sem dúvida, é verdade: Lenin podia se queixar de muita coisa, de muitas imperfeições ou erros dentro do partido, mas se existe alguma coisa que ele nunca fez foi se queixar de uma aliança que era necessária para a luta do proletariado e do povo.

Acho que devemos seguir o exemplo de Lenin.

A segunda questão é a atração de setores sociais que ainda mantêm uma posição no mínimo vacilante em relação a Bolsonaro. Não são setores que aprovem o fascismo, mas



**Manifestação na abertura da Constituinte, após a queda da ditadura**

aqueles que não veem uma alternativa clara a Bolsonaro.

Para citar outra vez Lenin, a aliança entre partidos não é a mesma coisa que a aliança entre classes. Não é suficiente, para a frente ampla democrática, a aliança entre partidos. É preciso, também, atrair setores sociais.

O recente episódio do manifesto da Febraban e Fiesp, mostrou até que ponto o círculo de Bolsonaro entra em pânico quando banqueiros e empresários expressam uma opinião que se contrapõe à sua, mesmo em termos extremamente brandos.

Por fim, uma questão decisiva para a constituição da frente ampla democrática: que setor é capaz de unir todos esses outros setores tão díspares, na luta contra o fascismo.

Trata-se de uma questão já resolvida por Dimitrov, em sua formulação da frente antifascista: somente a classe operária e sua representação política, os comunistas, são capazes de constituir o cimento da frente, a argamassa que une os vários tijolos do edifício.

O motivo é que somente os comunistas - e sua base, os trabalhadores - são capazes de colocar o interesse geral do povo acima de quaisquer interesses particulares.

Setores burgueses ou pequeno-burgueses tendem a desmontar a frente ou a não constituí-la, exatamente por apego a seus interesses particulares, muitas vezes, mesquinhos.

Creio ter dado uma panorâmica da amplitude da frente necessária no Brasil de hoje, diante da ameaça que Bolsonaro representa para a democracia.

Certamente, sua constituição não depende apenas da nossa vontade - mas o que quis ressaltar foi, exatamente, a política de frente ampla.

Podemos até não conseguir constituí-la inteiramente, tal como a concebemos, porém, o importante é que **se trata de uma política**, sem a qual estaremos pavimentando caminho para Bolsonaro, isto é, para o fascismo.

No entanto, há uma última questão: se constituirmos uma frente de tal amplitude, reunindo da classe operária e demais trabalhadores até os banqueiros, isso não significaria a submissão dos interesses do povo aos dos exploradores?

Há dois aspectos na resposta a essa questão:

O primeiro, é que a ausência de democracia é um prejuízo maior para o povo do que para os grandes empresários e banqueiros.

Portanto, a luta para impedir Bolsonaro de instalar uma ditadura interessa mais ao povo que aos grandes empresários e banqueiros.

O segundo aspecto é que a frente ampla democrática não implica em suspender ou anular a luta dentro da própria frente, isto é, a luta pela direção do movimento democrático. Somente, o campo da disputa será dentro da oposição ao fascismo, ao golpe de Estado, à ditadura.